

ERNANE FIDÉLIS DOS SANTOS

MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1

Processo de
Conhecimento

16ª edição
2017

saraiva  *jur*

ISBN 978-85-472-1114-1 obra completa
ISBN 978-85-472-1115-8 volume 1

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057



Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Santos, Ernane Fidélis dos

Manual de direito processual civil, volume 1 : processo de conhecimento / Ernane Fidélis dos Santos. – 16. ed. – São Paulo : Saraiva, 2017.

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil I. Título II. Série.

16-729

CDU 347.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito processual civil	347.9
2. Processo civil : Direito civil	347.9

Presidente Eduardo Mufarej

Vice-presidente Claudio Lensing

Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial

Presidente Carlos Ragazzo

Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerente editorial Thais de Camargo Rodrigues

Edição Eveline Gonçalves Denardi
Verônica Pivisan Reis

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa

Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Guilherme H. M. Salvador
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Mônica Landi
Surane Vellenich
Tatiana dos Santos Romão
Tiago Dela Rosa

Data de fechamento da edição: 20-12-2016

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

Diagramação e revisão Know-How Editorial

CL 600190 CAE 577202

Comunicação e MKT Elaine Cristina da Silva

Capa Casa de Ideias / Daniel Rampazzo

Produção gráfica Mari Rampim

Impressão e acabamento Gráfica Paym

Índice Sistemático

<i>Apresentação da 16ª Edição</i>	61
<i>Apresentação da 15ª Edição</i>	63

Capítulo I INTRODUÇÃO

1. Normas jurídicas primárias e secundárias. Norma processual. Conceito de Direito Processual Civil.....	65
2. História do Direito Processual Civil. De Roma a nossos dias..	66
3. História do Direito Processual Civil brasileiro.....	67
4. Normas processuais e Lei de Organização Judiciária. Regimento interno dos tribunais. Constituição e outras leis	68
5. Aplicação da lei processual no tempo e no espaço. Direito intertemporal.....	69
6. Natureza da norma processual. Interpretação	70

Capítulo II JURISDIÇÃO

1. Justiça privada e justiça pública.....	72
2. O litígio e a atividade substitutiva da jurisdição.....	72
3. A solução dos litígios.....	73
4. Atividade jurisdicional executiva.....	73
5. Atividade jurisdicional cautelar.....	74

6.	Definição de jurisdição.....	75
7.	Atividades estatais	75
8.	Divisão dos poderes	75
9.	Função jurisdicional. Regulamentação do caso concreto	76
10.	Exercício da jurisdição. Poder Judiciário. Autonomia e independência dos órgãos	77
11.	Imparcialidade do juiz e do juízo – garantia da jurisdição	78
12.	Independência do juiz – garantia da jurisdição.....	78
13.	O juiz natural – garantia da jurisdição.....	79
14.	Improrrogabilidade e indeclinabilidade da jurisdição – garantia da jurisdição.....	79
15.	Princípio da independência e atividade judicial. Equidade – garantia da jurisdição	79
16.	Jurisdição penal e civil – unidade.....	81

Capítulo III

JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

1.	Interesse público. Intervenção estatal nos negócios particulares	82
2.	Jurisdição voluntária. Atribuições administrativas ao Poder Judiciário.....	83
3.	Contenciosidade e administração – princípios	83
4.	Atuação do juiz, de ofício, na jurisdição voluntária	84
5.	Interessados em jurisdição voluntária.....	84
6.	Procedimento de jurisdição voluntária	84
7.	Jurisdição voluntária e revelia	85
8.	Princípio inquisitivo na jurisdição voluntária	85
9.	Limites da decisão em jurisdição voluntária	86
10.	CrITÉrio de legalidade estrita	86
11.	Coisa julgada na jurisdição voluntária.....	87
12.	Capacidade para requerer em jurisdição voluntária.....	87
13.	Recursos.....	88
14.	Surgimento de contenciosidade na jurisdição voluntária	88
15.	Princípios de jurisdição voluntária em jurisdição contenciosa.	88
16.	Jurisdição contenciosa e voluntária. Linhas limites. Critérios definidores	88

Capítulo IV

LIMITES DA JURISDIÇÃO BRASILEIRA

1. Autonomia dos Estados	91
2. Critério de fixação. Sistema brasileiro.....	91
3. Domicílio do réu.....	92
4. Fato ocorrido ou ato praticado no Brasil	92
5. Competência jurisdicional concorrente	93
6. Competência exclusiva. Imóveis, inventário e partilha.....	94
7. Litispendência e conexão	94

Capítulo V

COMPETÊNCIA INTERNA

1. Jurisdição e competência	96
2. Independência do órgão jurisdicional.....	96
3. Competência para as causas cíveis	97
4. Critérios de fixação de competência interna	97
5. Princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i> . Exceções.....	98
6. Momento de fixação da competência	99
7. Competência em razão do valor.....	99
8. Competência em razão da matéria.....	99
9. Competência funcional	101
10. Competência territorial. Critérios	104
a) Ação fundada em direito pessoal ou direito real sobre móvel. Foro do domicílio do réu. Exceções.....	104
b) Direito real sobre imóveis	105
c) Inventário e partilha. Arrecadação e cumprimento de disposições de última vontade	106
d) Ausentes	107
e) Incapaz.....	107
f) União, empresas públicas e autarquias.....	108
g) Estado e Distrito Federal	109
h) Foro para processamento e julgamento de divórcio, separação, anulação de casamento ou dissolução de união estável	109
i) Alimentando	110

j)	Pessoa jurídica de direito privado	110
k)	Sociedades sem personalidade jurídica	111
l)	Obrigações.....	111
m)	Idoso.	112
n)	Serventia notarial ou de registro.....	113
o)	Reparação de danos	113
p)	Administrador ou gestor de negócios.....	113
q)	Atos provenientes de delito e acidente de veículo.	114
11.	Competência absoluta e relativa. Modificação e prorrogação..	114
12.	Modificação de competência	116
13.	Incompetência absoluta. Atos decisórios. Aproveitamento de atos.....	117
14.	Incompetência e questão de mérito.....	118
15.	Incompetência absoluta e coisa julgada.....	119
16.	Declaração de incompetência absoluta. Alegação tardia.....	119
17.	Incompetência relativa. Modificação e prorrogação.	120
18.	Conexão	121
19.	Continência	123
20.	Reunião e desmembramento de processos	124
21.	Distribuição de causas conexas, continentes e ações semelhantes.....	125
22.	Ações acessórias	126
23.	Reconvenção, intervenção de terceiro, pedido de declaração incidente. Anotações na distribuição	126
24.	Prevenção.....	127
25.	Juízo cível e criminal. Suspensão do processo	128
26.	Conflito de competência, negativo e positivo. Reunião de processos.....	128
27.	Conflito de atribuições entre o Judiciário e autoridade administrativa	132
28.	Competência em jurisdição voluntária	132
29.	Órgãos jurisdicionais do Brasil. Competência geral para causas cíveis. Critério material e funcional. Competência em razão da pessoa. Constituição Federal.....	133
a)	Supremo Tribunal Federal.....	133
b)	Superior Tribunal de Justiça.....	135
c)	Tribunais Regionais Federais	136

d) Juízes federais.....	136
e) Tribunais e juízes estaduais.....	140

Capítulo VI

DA AÇÃO

1. A ação como meio de instauração do processo. A lide	144
2. Conceito de ação	144
3. Natureza jurídica da ação – concepção privatística	145
4. A polêmica entre Windscheid e Muther	145
5. Teoria da ação como direito concreto	145
6. A ação como direito abstrato	146
7. Ainda a ação como direito concreto. Chiovenda. Direito potestativo. Condições da ação	146
8. Carnelutti. Conceito de lide	147
9. Liebman. Reformulação da teoria de Carnelutti.....	147
10. A ação como direito. Condições de exercício	148
11. Condições da ação e pressupostos processuais.....	148
12. Legitimidade para a causa	149
13. Interesse processual	150
14. Carência de ação	152
15. Condições de admissibilidade do julgamento da lide. Reconhecimento de ofício	152
16. Ação e pretensão.....	153
17. Ação de conhecimento e de execução	154
18. Ação declaratória, condenatória e constitutiva	154
19. Coisa julgada e questões prejudiciais	155
20. Ação executiva <i>lato sensu</i> e ação mandamental.....	156

Capítulo VII

O PROCESSO

1. Conceito de processo. Sentido jurídico.....	157
2. Processo de conhecimento.....	158
3. Processo de execução.....	158
4. Atividade cautelar da jurisdição	159
5. Estrutura do processo	159

6.	Movimentação do processo. Procedimento comum	159
7.	Procedimentos especiais.....	160
8.	Conclusões diferenciais	160
9.	O Direito brasileiro	160
10.	Natureza jurídica do processo. Necessidade de caracterização	162
11.	O processo como contrato	162
12.	O processo como quase contrato	162
13.	O processo como relação jurídica.....	163
14.	Sujeitos da relação processual	163
15.	O processo como situação jurídica	164
16.	Moderna teoria que dá relevância à situação jurídica.....	165
17.	O processo como instituição jurídica.....	166
18.	Direitos e deveres das partes. Obrigação do juiz. Natureza do processo no direito brasileiro.....	166
19.	Deveres, ônus e faculdades.....	166
20.	Pluralidade de relações processuais.....	167
21.	Autonomia da relação processual	167
22.	Unidade e complexidade da relação processual	168
23.	Pressupostos processuais. Existência e validade do processo ..	169
24.	Pressupostos de constituição válida da relação processual.....	170
25.	Pressupostos objetivos de constituição válida da relação processual	171
26.	Pressupostos de desenvolvimento válido do processo.....	171
27.	Convalidação dos pressupostos processuais por determinação do juiz	172
28.	Validação do processo pelos fins alcançados	172

Capítulo VIII

PRINCÍPIOS DO PROCESSO

1.	Importância do conhecimento dos princípios informativos do processo	174
2.	Princípio do acesso à justiça e princípio dispositivo.....	177
3.	Princípio da igualdade, do contraditório e da ampla defesa	179
4.	Princípios da dignidade da pessoa humana, da razoabilidade, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência	182

5.	Princípios da verdade real e da eficiência jurisdicional	184
6.	Princípio da oralidade.....	185
7.	Princípio da irrecorribilidade das interlocutórias.....	185
8.	Princípio da eventualidade.....	186
9.	Princípio da publicidade	186
10.	Princípio da economia processual	187
11.	Princípio da celeridade	187
12.	Princípio da boa-fé.....	188

Capítulo IX

COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

1.	Soberania e cooperação jurídica internacional.....	194
2.	Cooperação jurídica internacional e Direito Processual Internacional.	194
3.	Cooperação jurídica internacional em forma administrativa e cooperação por órgãos judiciais por atos específicos da Jurisdição.	195
4.	Cooperação jurídica internacional ativa e passiva.....	196
5.	Formas de cooperação jurídica internacional.....	197
6.	Atos que podem ser objeto de cooperação jurídica internacional. Hipóteses previstas. Enumeração exemplificativa.....	197
7.	Cooperação internacional jurídica passiva. Juízo de delibação. Princípios de ordem pública.	198
8.	Carta rogatória executória de medidas cautelares e antecipatórias.....	199
9.	Cooperação ativa. Procedimento. Autoridade central.	200
10.	Cooperação passiva. Juízo deliberatório. Autoridade central. Atuação.	200
11.	Ação de homologação de sentença estrangeira. Carta rogatória.	201
12.	Auxílio direto. Conceito e denominação	202
13.	Auxílio direto. Sistema do CPC.....	203
14.	Exigência de tratado ou reciprocidade para o auxílio direto	205
15.	Procedimento do auxílio direto.....	206
16.	Formalização judicial do pedido de auxílio direto e competência.	206

Capítulo X

COOPERAÇÃO NACIONAL

1.	Poder Judiciário. Unidade da jurisdição	208
2.	Membros do Poder Judiciário. Dever de cooperação.....	208
3.	Cooperação jurídica e competência	209
4.	Dispensa de formalidades e necessidades	209
5.	Auxílio direto no âmbito nacional. Reunião de processos. Informações. Atos concertados	209
6.	Carta de ordem. Carta precatória. Carta do juízo arbitral.....	210

Capítulo XI

DAS PARTES

1.	Relação jurídica processual. Sujeitos do processo e partes	212
2.	Autonomia da relação processual. Sua importância no conceito de parte	212
3.	Parte no sentido material e parte no sentido processual. Substituição processual.....	213
4.	Princípio da dualidade de partes.....	213
5.	Princípio da igualdade das partes	214
6.	Capacidade de ser parte. Lei processual.....	214
7.	Capacidade de ser parte e capacidade para estar em juízo. Assistência e representação	214
8.	Capacidade de estar em juízo e jurisdição voluntária.....	215
9.	Capacidade de ser parte. Capacidade para estar em juízo e legitimação para a causa	215
10.	O nascituro.....	216
11.	Irregularidades sanáveis. Representação e assistência	216
12.	União. Estados. Territórios. Distrito Federal. Municípios. Capacidade processual. Representação	217
13.	Mesas do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e das Câmaras Municipais	217
14.	A massa falida e a insolvência.....	218
15.	Herança jacente ou vacante e espólio	218
16.	Pessoas jurídicas	219
17.	Empresa individual de responsabilidade limitada	219

18.	Sociedades sem personalidade jurídica	220
19.	Pessoa jurídica estrangeira.....	220
20.	Condomínio	221
21.	Irregularidade de representação.....	221
22.	Nomeação de curador	221
23.	Curador especial. Função.....	222
24.	Cônjuges. Direitos reais. Capacidade processual	222
25.	Participação dos cônjuges nas questões possessórias.....	223
26.	Consentimento do cônjuge. Suprimento judicial.....	224
27.	Pretensões reais imobiliárias. Citação dos cônjuges.....	224
28.	Fatos e atos relacionados com ambos os cônjuges	225
29.	Bens do cônjuge. Responsabilidade. Citação	225
30.	Direitos reais sobre imóveis. Citação de ambos os cônjuges ...	225
31.	Restrições aos cônjuges. Direito processual e direito material	226

Capítulo XII

DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

1.	Pessoa. Pessoa natural e pessoa jurídica.....	228
2.	Pessoas jurídicas de direito público interno e externo. Responsabilidade	228
3.	Pessoas jurídicas de direito privado. Associações, sociedades, fundações, organizações religiosas e partidos políticos	229
4.	Pessoa jurídica. Autonomia patrimonial. Objetivos sociais. Abuso da pessoa jurídica	229
5.	Desconsideração da pessoa jurídica e dissolução da sociedade ...	230
6.	A desconsideração da pessoa jurídica no Código do Consumidor e outras leis esparsas	230
7.	Desconsideração da pessoa jurídica no Código Civil. Desvio de finalidade e confusão patrimonial	232
8.	Pessoas jurídicas sujeitas à desconsideração	234
9.	Administradores, sócios e terceiros sujeitos à desconsideração .	235
10.	Sociedades coligadas. Previsão de desconsideração no Código do Consumidor.....	235
11.	Ação comum e incidente de desconsideração	235
12.	Legitimidade para requerer o incidente de desconsideração. Parte. Ministério Público	236
13.	Processos e procedimentos em que se pode requerer o incidente .	236

14.	Procedimento do incidente e da ação comum. Citação. Litisconsórcio necessário não unitário.....	237
15.	Incidente da desconstituição no cumprimento de sentença e na execução.....	238
16.	Limites da lide no incidente.....	238

Capítulo XIII

DEVERES DAS PARTES E DE PARTICIPANTES NO PROCESSO. RESPONSABILIDADE POR DANO PROCESSUAL

1.	Boa-fé. Probidade. Lealdade. Honestidade.....	239
2.	Exposição dos fatos conforme a verdade.....	240
3.	Pretensões e defesa destituídas de fundamento	240
4.	Produção de provas e prática de atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito	241
5.	Cumprimento de decisões judiciais e não criação de embaraços à sua efetivação	241
6.	Informação de endereço e atualização.....	242
7.	Modificação no estado de fato	242
8.	Ato atentatório à dignidade da justiça. Atentado.....	242
9.	Expressões injuriosas.....	245
10.	Representação contra advogado	245
11.	Dano processual. Responsabilidade. Liquidação.....	245
12.	Litigância de má-fé	246
13.	Pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso (inciso I).....	247
14.	Alterar a verdade dos fatos (inciso II)	247
15.	Objetivo ilegal (inciso III)	247
16.	Resistência ao andamento do processo (inciso IV)	248
17.	Procedimento temerário (inciso V).....	248
18.	Incidentes infundados (inciso VI).....	248
19.	Recurso protelatório (inciso VII).....	248
20.	Multa por litigância de má-fé	249

Capítulo XIV

DESPESAS, MULTAS E HONORÁRIOS

1.	Despesas e custas. Conceito. Processo de conhecimento e de execução.....	250
----	---	-----

2.	Antecipação de despesas.....	251
3.	Honorários do perito.	252
4.	Honorários advocatícios. Contrato, arbitramento e sucumbência .	253
5.	Fixação e percentual dos honorários advocatícios.....	256
6.	Fazenda Pública. Honorários advocatícios	257
7.	Sucumbência recíproca. Despesas e honorários	258
8.	Jurisdição voluntária.....	258
9.	Juízos divisórios.....	258
10.	Repetição de demanda.	259
11.	Autor estrangeiro ou brasileiro não residentes no Brasil. Caução	259

Capítulo XV

GRATUIDADE DE JUSTIÇA. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

1.	Impossibilidade de pagamento de custas e despesas. Assistência judiciária. Responsabilidade da assistência judiciária, Estado, União e Ordem dos Advogados do Brasil. Impossibilidade de transferência dos benefícios	261
2.	Alcance do benefício de assistência judiciária: despesas e custas, taxas, selos, emolumentos e custas. Usucapião especial, registro de imóveis. Imprensa privada, editais. Testemunhas, indenização. Custas e despesas de todas as instâncias. Execução. Possibilidade de pagamento parcial das custas e despesas do processo. Recebimento proporcional dos credores de custas. Obrigação a multas processuais.....	262
3.	Honorários advocatícios. Pagamento pelo Estado. Vitória do patrocinado. Exclusivo direito de execução do advogado contra a parte contrária. Direito do advogado de cobrar de seu patrocinado, quando houver proveito, restrições. Fixação dos honorários. Impossibilidade de reembolso ao vencido, revogação parcial da Lei n. 1.060/50	263
4.	Indeferimento e revogação do benefício.	265
5.	Suspensão dos ônus da sucumbência ao beneficiado. Condenação obrigatória do vencido, mesmo se beneficiário da assistência judiciária. Possibilidade de cobrança posterior; prazo. Apuração da condição de solvabilidade.....	266

6.	Opção pelo benefício. Informalidade. Nomeação de advogado. Opção especial nas ações de alimentos. Juiz competente para receber a opção. Sanção por declaração falsa. Impugnação.....	267
7.	Indicação de advogado. Órgão de assistência judiciária. Ordem dos Advogados do Brasil. Falta de nomeação a tempo, justa causa para prática de atos que já sofrem os rigores da preclusão. Estagiários, restrições e faculdades. Procuração, quando se dispensa. Recusa do advogado. Não cumprimento de deveres pelo advogado, multa	268
8.	Concessão de assistência sem que o processo esteja em curso. Expedição de portaria.....	270
9.	Pedido formulado no curso do processo. Intimação da parte contrária. Impugnação	270
10.	Revogação do benefício pelo juiz de ofício. Denúncia de interessados.....	270

Capítulo XVI DOS PROCURADORES

1.	Capacidade postulatória. Advogado	272
2.	Atos que dispensam capacidade postulatória	272
3.	Mandato. Caução <i>de rato</i>	273
4.	Endereço do advogado. Necessidade de ser informado. Quando se dispensa	273
5.	Exame dos autos pelo advogado	274
6.	Vista e retirada dos autos.....	274
7.	Representação. Procuração, quando se dispensa	275
8.	Prova de representação. Procuração	276
9.	Procuração para o foro em geral.....	277
10.	Indicação de vários procuradores	277
11.	Limitação da cláusula <i>ad judicium</i>	277
12.	Poderes ressalvados. Recebimento de citação. Confissão. Transação. Renúncia. Recebimento. Outorga de quitação. Convenção de arbitragem	278
13.	Declaração de hipossuficiência econômica	278
14.	Substabelecimento	279
15.	Advocacia Pública	279
16.	Representação comum das entidades de direito público	280

17.	Responsabilidade dos procuradores.....	280
18.	Prazo para manifestações processuais	280

Capítulo XVII

DA SUCESSÃO DE PARTES E PROCURADORES

1.	Sucessão e substituição processual	282
2.	Formação e autonomia da relação processual. Princípio da estabilização processual.....	282
3.	Alienação da coisa e cessão do direito	282
4.	Sucessão, ou substituição, consentida.....	283
5.	Adquirente ou cessionário. Assistência	283
6.	Adquirente ou cessionário. Efeitos da sentença.....	283
7.	Substituição da parte pelo espólio ou herdeiros	283
8.	Habilitação.....	284
9.	Falecimento e perda da capacidade postulatória do procurador .	284
10.	Revogação e renúncia de mandato	284

Capítulo XVIII

LITISCONSÓRCIO

1.	Pluralidade de partes. Litisconsórcio. Conceito.....	287
2.	Processo e pluralidade de relação processual	287
3.	Litisconsórcio facultativo e necessário	288
4.	Quem pode requerer o litisconsórcio. Réu e intervenção <i>iussu iudicis</i>	288
5.	Comunhão de direitos e obrigações.....	289
6.	Conexão	289
7.	Mesmo fundamento de fato e ponto comum de fato ou de direito	289
8.	Recusabilidade do litisconsórcio facultativo. Possibilidade. Litisconsórcio facultativo próprio e impróprio	291
9.	Litisconsórcio facultativo multitudinário.....	292
10.	Recusa de ofício.....	293
11.	Conceito de litisconsórcio necessário.....	293
12.	Litisconsórcio necessário simples e litisconsórcio necessário unitário	294

13.	Litisconsórcio necessário unitário. Sentença de improcedência.	295
14.	Formação de litisconsórcio facultativo unitário	296
15.	Efeitos. Coisa julgada	296
16.	Autonomia dos litisconsortes.....	296
17.	Andamento do processo. Promoção dos litisconsortes. Intimação	296

Capítulo XIX

DO JUIZ

1.	Posição do juiz no processo. Prioridade da conciliação e demais funções obrigatórias	298
	a) Igualdade das partes	299
	b) Duração razoável do processo.....	299
	c) Atos contrários à dignidade da justiça. Processo aparente e processo simulado.....	300
	d) Medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias.....	302
	e) Conciliação e mediação.....	303
	f) Dilatação de prazos processuais e alteração de ordem na produção de meios de prova.....	304
	g) Poder de polícia	305
	h) Comparecimento das partes em juízo.....	305
	i) Suprimento de pressupostos processuais e saneamento	305
	j) Demandas repetitivas	306
2.	Aplicação do direito.....	306
	a) Normas legais	307
	b) Princípios constitucionais.....	308
	c) Regras legais	309
	d) Princípios gerais de direito	310
	e) Analogia	313
	f) Costume.....	315
3.	Equidade	315
4.	Limitação da lide. Sentença <i>citra petita</i> , <i>ultra petita</i> e <i>extra petita</i> . Questões	316
5.	Responsabilidade do juiz	318
6.	Imparcialidade do juiz. Impedimentos e suspeição.....	318

7.	Casos de impedimento do juiz.....	319
8.	Casos de suspeição.....	321
9.	Alegação de impedimento e suspeição	323
10.	Nulidade de atos judiciais praticados por juiz impedido ou suspeito	325
11.	Impedimento e suspeição do Ministério Público, auxiliares da justiça e demais sujeitos imparciais	325

Capítulo XX

AUXILIARES DA JUSTIÇA

1.	Auxiliar da Justiça e serventuário.....	327
2.	Escrivão e oficial de justiça. Deveres próprios. Fé pública	328
3.	Escrivão <i>ad hoc</i>	330
4.	Oficial de justiça. Deveres. Fé pública.....	330
5.	Responsabilidade civil do escrivão e do oficial de justiça.....	331
6.	Perito e assistentes técnicos.	331
7.	Depositário e administrador	333
8.	Intérprete e tradutor	334
9.	Aplicação dos motivos de impedimento e suspeição a outros participantes do processo.....	334

Capítulo XXI

CONCILIADORES E MEDIADORES JUDICIAIS

1.	Conciliação no processo brasileiro	336
2.	Conciliação e mediação	337
3.	Princípios da conciliação e mediação.....	338
4.	Preferência do juiz na escolha entre conciliação e mediação.....	339
5.	Cadastramento dos conciliadores e mediadores. Casos de exclusão do quadro e impedimentos.....	339
6.	Escolha do conciliador e do mediador. Alternativas	340
7.	Exercício da advocacia.....	341
8.	Remuneração	341
9.	Formas de conciliação e mediação extrajudiciais.....	341

Capítulo XXII

MINISTÉRIO PÚBLICO

1.	Conceito	343
2.	Formas de atividade no processo civil.....	343
3.	O Ministério Público como parte. Autor e réu. Jurisdição voluntária	343
4.	Atuação do Ministério Público. Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.	344
5.	Envolvimento de interesse público ou social.	344
6.	O Ministério Público como fiscal da lei. Interesse de incapazes ..	345
7.	Ação de estado. Poder familiar. Tutela. Curatela. Interdição. Casamento. Declaração de ausência. Disposições de última vontade.....	345
8.	Nas causas de litígios coletivos pela posse da terra rural	345
9.	Intimação do Ministério Público	346
10.	Declaração de nulidade por falta de intimação do Ministério Público	346
11.	Impedimento e suspeição do Ministério Público.....	347

Capítulo XXIII

DEFENSORIA PÚBLICA

1.	Defensoria Pública. Conceito e disciplina. Presunção relativa de hipossuficiência.....	349
2.	Defensoria Pública e assistência judiciária.	349
3.	Prazo e intimação do defensor público.	350
4.	Providências e atos da própria parte.....	350
5.	Escritórios de prática jurídica das faculdades de direito	350
6.	Responsabilidade civil dos membros da Defensoria Pública e honorários advocatícios	351

Capítulo XXIV

ATOS PROCESSUAIS

1.	Fato e ato jurídico. Ato processual	352
2.	Forma dos atos processuais. Instrumentalidade das formas. Termos e auto.....	353

3.	Instituição de prática de atos eletrônicos	354
4.	Publicidade dos atos processuais	356
5.	Registro dos processos	357
6.	Distribuição de feitos	357
7.	Cancelamento de distribuição. Preparo prévio	360
8.	Atos da parte. Manifestação de vontade. Manifestação expressa e tácita.	360
9.	Deveres, obrigações e ônus no processo. Preclusão	361
10.	Característica essencial dos atos processuais. Consequências prefixadas.....	362
11.	Declarações de vontade unilaterais e bilaterais. Efeitos processuais e materiais	363
12.	Recibo de petições	364
13.	Cotas marginais e interlineares	364
14.	O juiz na relação processual, principais deveres. Pronunciamentos.	364
15.	Sentenças e acórdãos	365
16.	Decisão interlocutória e despachos.....	366
17.	Atos do escrivão (chefe de secretaria). Função. Autuação. Autos e rosto dos autos.....	367
18.	Termos. Conclusão. Promoção. Vista e outros termos.....	367
19.	Escrita e assinatura. Analfabeto e pessoa que se recusa a assinar	369
20.	Espaços em branco. Entrelinhas. Rasuras. Proibição e ressalvas. Uso de meios eletrônicos	369

Capítulo XXV

DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS

1.	Característica pública do ato processual. Atos internos e externos.....	371
2.	Tempo dos atos processuais. Dias úteis. Domingos e feriados. Sábado.....	371
3.	Feriados da Justiça	372
4.	Férias forenses (recesso)	372
5.	Feriados federais, estaduais e municipais. Ponto facultativo. Fechamento extraordinário do fórum	373
6.	Prática dos atos processuais. Atos internos e externos. Horários. Complementação dos atos. Exceções. Citações e penhoras	374

7.	Prática de ato processual nas férias (recesso forense) e feriados. Realização material do ato.....	375
8.	Suspensão do processo nas férias forenses (recesso forense). Atos aproveitáveis	376
9.	Causas que se processam em férias ou no recesso forense	376
	a) Procedimentos não contenciosos (jurisdição voluntária)....	377
	b) Procedimentos necessários à conservação de direito. Embargos de terceiro. Liminares possessórias.....	377
	c) Nomeação e remoção de tutor e curador	379
	d) Ação de alimentos	379
	e) Causas previstas na lei federal.....	379
10.	Lugar dos atos processuais. Sede do juízo. Prática de atos internos e externos. Exceções. Deferência. Interesse da Justiça. Obstáculo	379

Capítulo XXVI

PRAZOS

1.	Conceito comum de prazo. Termo inicial e termo final. Marcação do prazo: dia, meado, mês e ano.....	381
2.	Prazos processuais. Característica publicista do prazo processual. Conceito	382
3.	Termo inicial e final do prazo processual.....	382
4.	Não realização dos atos processuais. Consequências próprias. Atos da parte. Atos do juiz. Atos do serventuário	383
5.	Prazos legais	384
6.	Prazos judiciais. Prazo supletivo	384
7.	Continuidade dos prazos.....	384
8.	Suspensão dos prazos. Suspensão e interrupção. Férias forenses e recesso forense. Férias individuais.....	385
9.	Prazos comuns ou particulares. Obstáculo criado pela parte; lealdade e boa-fé; declaração judicial; restituição do prazo. Conhecimento do obstáculo antes e depois da sentença e depois da ocorrência de coisa julgada.....	386
10.	Suspensão do processo e suspensão dos prazos	387
11.	Atos não praticados pelas partes. Restituição de prazos. Força maior e justa causa.....	389

12.	Prorrogação de prazos por suspensão do processo. Prazos dilatórios e prazos peremptórios. Limites de prorrogação e redução de prazos. Normas dispositivas e normas cogentes. Custas em acréscimo.....	390
13.	Prorrogação e redução de prazos	392
14.	Prorrogação e renúncia de prazos dilatórios ou peremptórios. Renúncia tácita e expressa. Prazo de contestação, de recurso e de arrolar testemunhas	392
15.	Frustração do princípio da peremptoriedade por iniciativa judicial	392
16.	Contagem de prazos. Termo inicial e termo final. Feriado e domingo. Intimação pessoal. Intimação pelo jornal. Citação pessoal. Citação-edital. Processo de execução e prazo de embargos do devedor. Carta precatória, rogatória e de ordem. Carta postal	393
17.	Prazo de recurso. Intimação dos advogados. Audiência antecipada. Revel	396
18.	Continuidade relativa dos prazos. Vencimento. Suspensão e prorrogação. Prazos regressivos	397
19.	Prazo contado por hora	397
20.	Prazos da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Ministério Público e autarquias. Sociedade de economia mista e empresa pública. Fundações de direito público	398
21.	Prazos para os litisconsortes. Prazos puramente processuais. Assistência simples e qualificada. Habilitação anterior. Reunião de processos. Regra de contagem. Prazos comuns, restrições..	399
22.	Prazo de comparecimento. Parte e testemunhas. Auxiliares da justiça	401
23.	Prazos do juiz. Sanções. Responsabilidade. Impossibilidade de o juiz proferir decisões	401
24.	Prazo do serventuário. Verificação de excesso e sanções	401
25.	Advogado. Exame de autos. Advogado Público. Vista fora do cartório. Devolução retardada, sanções.	402

Capítulo XXVII

DAS COMUNICAÇÕES DOS ATOS

1.	Comunicação dos atos no processo e formas procedimentais autônomas de comunicação de fatos e intenções. Sistema eletrônico. Videoconferência	405
----	--	-----

2.	Notificação, protesto judicial e interpelação	406
3.	Citação. Formação da relação processual. Comparecimento espontâneo do réu	407
4.	Conceito de citação e de defesa. Indispensabilidade do ato citatório	408
5.	Quem deve ser citado. Parte e interessado.....	409
6.	Citação válida, nula e inexistente. Citação circunduta. Perempção. Juiz incompetente.....	409
7.	Efeito da citação: prevenção do juízo	410
8.	Efeito da citação: litispendência. Identidade de causas. Litispendência e conexão	411
9.	Efeito da citação. Litigiosidade da coisa.....	413
10.	Constituição do devedor em mora. Ônus processuais	414
11.	Efeito da citação. Interrupção da prescrição.....	414
12.	Citação pessoal. Citação pessoal por edital e citação no procedimento edital	416
13.	Citação de incapazes. Nascituro	417
14.	Citação das pessoas jurídicas.....	417
15.	Citação através de procurador	417
16.	Citação a mandatário, administrador, feitor ou gerente. Hipótese admissível	418
17.	Citação a locador ausente do país.....	419
18.	Lugar da citação. Militar de residência não conhecida.....	420
19.	Citações anuláveis. Cultos religiosos. Cônjuge nos sete dias seguintes ao falecimento do outro. Pessoas em luto. Noivos nos três primeiros dias de bodas. Exceções	420
20.	Impossibilidade de recebimento de citação. Nomeação de curador	421
21.	Formas de citação. Correio. Oficial de justiça. Escrivão. Edital. Meio eletrônico	422
22.	Citação pelo correio. Direitos patrimoniais e direitos indisponíveis. Cumprimento.....	423
23.	Citação por mandado. Requisitos	424
24.	Lugar da citação. Comarca contígua	426
25.	Cumprimento do mandado. Leitura e contrafé. Certidão. Fé pública.....	427
26.	Citação com hora certa. Requisitos e cumprimento	427

27.	Citação por edital. Citando incerto e desconhecido. Lugar incerto e não sabido. Inacessibilidade absoluta e relativa. Efeitos da citação-edital. Quando se procede. Informação dolosa do autor. Citação por edital indevidamente feita pelo autor e pelo oficial de justiça. Efeitos. Requisitos formais. Revelia	429
28.	Intimação. Conceito e finalidade	433
29.	Destinação. Parte, terceiros e advogados. Fazenda Pública	433
30.	Revel. Intimação. Comparecimento nos autos	434
31.	Intimação de ofício. Impulso oficial	434
32.	Execução de intimação. Órgão oficial. Meio eletrônico. Escrivão e oficial de justiça. Fazenda Pública, Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia Pública.....	435
33.	Intimação das partes e dos advogados. Oficial de justiça e jornal. Órgão oficial e órgãos de publicação de atos oficiais ...	436
34.	Intimação do advogado por escrivão. Carta com AR. Ciente, desnecessidade	437
35.	Certidão de intimação. Fé pública	438
36.	Intimação do advogado pelo outro.	439
37.	Antecipação de audiência.	439

Capítulo XXVIII

CUMPRIMENTO DOS ATOS PROCESSUAIS ATRAVÉS DE CARTA

1.	Lugar de cumprimento dos atos processuais. Requisição de atos	441
2.	Carta de ordem	441
3.	Carta rogatória	442
4.	Carta precatória	442
5.	Exceções para requisição de atos.....	443
6.	Caráter itinerante das cartas de ordem e precatória. Comarcas contíguas. Requisitos das cartas. Preferência dos meios eletrônicos.	443
7.	Competência funcional do juiz requisitado	444
8.	Assinatura do juiz deprecante e do escrivão. Trasladação de peças. Documentos originais	445
9.	Cartas de ordem e precatórias por telegrama, meio eletrônico ou telefone.....	445

10.	Despesas e depósito prévios	446
11.	Prazo de cumprimento das cartas. Consequências	446
12.	Recusa do cumprimento da carta. Conflito de competência. Dúvida de autenticidade	447
13.	Precauções prévias aconselhadas no cumprimento das cartas. Atos manifestamente ilegais	448
14.	Complementação da carta.....	449
15.	Cumprimento de cartas rogatórias estrangeiras. <i>Exequatur</i> . Embargos no juízo deprecado.....	449

Capítulo XXIX

PROCEDIMENTO EDITAL – USUCAPIÃO, REIVINDICAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO DE TÍTULO AO PORTADOR E OUTROS FEITOS

1.	Citação por edital e procedimento edital. Juízo provocatório. Procedimento misto.	451
2.	Usucapião. Bens móveis e bens imóveis. Justo título e boa-fé. Usucapião ordinário, extraordinário e especial, requisitos. Bens públicos e particulares, terras devolutas. Domínio útil, usufruto, uso e habitação. Servidões prediais.....	452
3.	Usucapião rural especial e usucapião rural constitucional	454
4.	Usucapião constitucional urbano	455
5.	Aquisição por posse coletiva de boa-fé, com prévia indenização. Constitucionalidade. Desapropriação por particulares (art. 1.228, §§ 4º e 5º, do CC/2002)	456
6.	Usucapião e sentença declarativa. Poder de disposição, transcrição. Alegação em defesa. Procedimento edital	459
7.	Legitimação ativa. Possuidor, compossuidor e cônjuge sobrevivo, separado e divorciado	460
8.	Usucapião ordinário e extraordinário. Cumulação de pedidos. Petição inicial, requisitos, valor da causa, individuação do imóvel. Pedidos de citação. Defesa e revelia. Nomeação de curador especial: quando se faz necessária. Defesa de terceiro interessado. Julgamento de plano	460
9.	Terceiros interessados certos e conhecidos, compossuidor, companheira e concubina, possuidor atual: necessidade de citação pessoal.	463
10.	Citações.....	463

11.	Procedimento ordinário, prazo de defesa: litisconsortes, Fazenda Pública	463
12.	Natureza do litisconsórcio no usucapião. Eficácia da sentença e da coisa julgada.....	464
13.	Fazenda Pública e Ministério Público. Intimação e cientificação. Desnecessidade.....	465
14.	Sentença, natureza, transcrição e obrigações fiscais	465
15.	Usucapião rural especial. Procedimento comum.....	465
16.	Competência. Usucapião ordinário, extraordinário, rural especial e rural constitucional. Participação da União. Usucapião especial, representação da União	466
17.	Recuperação ou substituição de título ao portador. Título ao portador, conceito. Ações de sociedades. Letra de câmbio, <i>warrant</i> e conhecimento de frete ou de transporte, procedimento próprio. Cheque. Título da dívida pública	466
18.	Reivindicação de título ao portador. Título perdido ou furtado, recuperação. Outros atos de desapossamento, possuidor de boa-fé. Procedimento ordinário, competência. Medida cautelar. Contestação. Sucumbência. Títulos adquiridos na Bolsa de Valores ou leilão público	467
19.	Substituição do título ao portador. Procedimento infungível. Requisitos da inicial. Citações pessoais e edital, terceiros interessados, provocação para agir. Intimação do devedor, finalidade citatória. Contestação, detentor e terceiro. Denúnciação à lide.....	468
20.	Título parcialmente destruído, substituição. Procedimento, contestação, sucumbência.....	469
21.	Publicação de editais em outros procedimentos. Necessidade do juízo provocatório.....	470

Capítulo XXX

NULIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS

1.	Atos jurídicos, atos inexistentes e nulidades em direito material..	472
2.	Nulidades no direito processual. Atos inexistentes e inexistência do processo	473
3.	Falta ou nulidade de citação. Existência do processo e eficácia relativa da coisa julgada.....	473
4.	Atos inexistentes expressamente referidos na lei.....	474

5.	Nulidade absoluta no processo. Impossibilidade de sanação. Incompetência absoluta e impedimento do juiz. Necessidade de declaração. Coisa julgada. Nulidades relativas, anulabilidades e irregularidades	474
6.	Nulidades relativas. Cominação de nulidade. Sanação. Retificação e ratificação. Ausência de prejuízo. Alcance de finalidade	475
7.	Anulabilidade. Provocação do interessado. Impossibilidade de decretação, quando por ato atribuível ao interessado. Ausência de prejuízo (nulidades não cominadas). Alcance das finalidades. Legitimidade e interesse na reclamação	476
8.	Decretação das nulidades relativas e das anulabilidades. Atuação <i>ex officio</i> do juiz. Nulidades provocadas. Alegação intempestiva. Justo impedimento	478
9.	Irregularidades. Sanação	480
10.	Intimação do Ministério Público. Nulidade. Sanação. Ratificação de atos	480
11.	Efeito da declaração de nulidade. Atos posteriores. Atos complexos. Aproveitamento dos atos	481
12.	Nulidade radical. Extinção do processo. Nulidade apenas do ato processual, atos subsequentes, aproveitamento, retificação e repetição do ato, ausência de prejuízo. Aplicação do princípio em segundo grau	481
13.	Processo. Espécie. Procedimento e rito	483
14.	Procedimentos fungíveis. Procedimentos absolutamente infungíveis e procedimentos relativamente infungíveis. Cumulação de atos. Aproveitamento de atos.....	484

Capítulo XXXI

TUTELA PROVISÓRIA – URGÊNCIA E EVIDÊNCIA

1.	Fundamentação constitucional da tutela provisória, de urgência e da evidência.....	487
2.	Tutela provisória e tutela definitiva. Tutela definitiva e coisa julgada. Cautela e antecipação.....	488
3.	Tutela provisória. Cautela. Urgência e evidência	488
4.	Permanência da tutela provisória no curso do processo. Fungibilidade e revogabilidade. Substituição por caução e por medidas menos gravosas. Motivação. Medida preparatória e incidente. Inaplicabilidade lógica à tutela da evidência. Medidas necessárias	489

5.	Competência para a tutela provisória. Ações originárias dos tribunais e recursos em andamento. Competência excepcional para a tutela de urgência cautelar. Prevenção de competência pelas medidas cautelares.....	491
6.	Tutela de urgência. Ação cautelar e ação de antecipação. Medida satisfativa. Antecipação de efeitos da decisão de mérito. Efeito de preceito. Medida cautelar	492
7.	Tutela de urgência. Cautela em sentido lato. Sistema anterior, cautela em sentido estrito, <i>fumus boni iuris</i> . Antecipação, prova inequívoca e verossimilhança. Requisito comum, <i>periculum in mora</i> . Sistema atual, requisitos comuns, plausibilidade do direito e <i>periculum in mora</i>	492
8.	Tutela de urgência. Direito com plausibilidade. Requisito da tutela de urgência cautelar ou satisfativa (<i>fumus boni iuris</i>). Conceito de prova inequívoca e verossimilhança no sistema anterior.....	494
9.	Segundo pressuposto da tutela de urgência: <i>periculum in mora</i> . Possibilidade de existência de lesão. Dano irreparável ou de difícil reparação. Risco de resultado útil do processo	496
10.	Liminar e prestação de caução na tutela de urgência	497
11.	Responsabilidade do requerente por dano processual e demais prejuízos causados pela tutela provisória. Hipóteses. Improcedência do pedido principal, prescrição e decadência. Liquidação dos danos	498
12.	Tutela de urgência de ofício.	498
13.	Tutela antecipada antecedente. Caracterização	499
14.	Tutela antecipada e irreversibilidade	500
15.	Procedimento da tutela de urgência antecipatória	502
16.	Tutela de urgência satisfativa. Impossibilidade de concessão diversa. Concessão de parte do objeto do pedido principal.....	504
17.	Tutela provisória cautelar. Caracterização	505
18.	Medidas cautelares típicas e atípicas. Código de 2015.....	506
19.	Poder geral de cautela. Extensão à medida satisfativa. Não abrangência da tutela de evidência.	508
20.	Procedimento da tutela cautelar antecedente.....	509
21.	Lide e seu fundamento.....	510
22.	Exposição sumária do direito ameaçado, receio de lesão e risco de frustração.....	511
23.	Citação do requerido	512

24.	Valor da causa.....	512
25.	Liminar da medida cautelar pleiteada.....	512
26.	Contestação, prazos. Exceções. Impossibilidade de reconvenção. Defesas preliminares, impossibilidade de influência no processo de conhecimento ou de execução. Impossibilidade da denúncia à lide e chamamento ao processo. Possibilidade de nomeação à autoria. Indicação de provas	513
27.	Revelia na tutela cautelar. Presunção de verdade dos fatos alegados	514
28.	Sentença final de deferimento, natureza. Sentença mandamental ou executiva <i>lato sensu</i> , impossibilidade de embargos. Cessação de efeitos e proibição de nova cautela	515
29.	Pedido principal e cautela. Formulação conjunta	516
30.	Pedido principal após concessão da cautelar	516
31.	Improcedência do pedido principal e extinção do processo sem julgamento de mérito	517
32.	Cessação da eficácia da medida cautelar antecedente	517
33.	Prazo decadencial, restabelecimento da medida. Férias: processo que nelas não corre. Propositura de ação pela parte contrária	518
34.	Custas e honorários.....	518
35.	Tutela da evidência. Dispensa do <i>periculum in mora</i>	519
36.	Abuso de defesa na tutela da evidência	519
37.	Tese de recurso repetitivo e prova documental irrefutável.....	519
38.	Prova documental de depósito	521
39.	Prova documental e ausência de prova incapaz de causar dúvida. Incontrovérsia	521
40.	Fundamentação na tutela de urgência e na da evidência. Recurso	522
41.	Obrigações de fazer, não fazer e entrega de coisas, execução. Execução <i>lato sensu</i> e mandamental. Defesa.	523
42.	Prestações periódicas. Dívida de funcionário público, militar, diretor ou gerente de empresa, empregado sujeito à legislação trabalhista. Desconto em folha.	523
43.	Inexistência de restrição à tutela de urgência e à da evidência. Entidades públicas devedoras.	523
44.	Sentença de mérito prejudicial. Retorno ao <i>statu quo</i> . Responsabilidade do requerente. Liquidação de prejuízos.....	524

45.	Cassação da tutela por agravo. Responsabilidade do requerente. Indenização.	524
46.	Tutela da evidência. Procedimentos	525
47.	Tutela de urgência. Preclusão	525

Capítulo XXXII

FORMAÇÃO DO PROCESSO

1.	Processo. Natureza jurídica. Relação processual; características	528
2.	Iniciativa da parte. Atividade substitutiva da Jurisdição. Impulso oficial	528
3.	Impulso oficial e princípio dispositivo. Rápida solução dos litígios	529
4.	Formação do processo. Citação válida. Relação processual triangular e angular; efeitos.....	529
5.	Formação da relação processual e propositura da ação. Prescrição e litispendência.....	529
6.	Relação processual. Direitos e obrigações recíprocos de partes e juiz.....	530
7.	Estabilização da instância (relação processual). Princípio da inalterabilidade da causa de pedir e do pedido. Exceções. Fatos supervenientes. Substituição de partes.	530

Capítulo XXXIII

SUSPENSÃO DO PROCESSO

1.	Crise do processo. Extinção e suspensão. Suspensão do processo e não do procedimento.	532
2.	Suspensão em razão de arguição de impedimento ou suspeição. Realização de atos urgentes.....	533
3.	Manifestação expressa das partes. Assistente simples e litisconsorcial. Efeito declaratório do pronunciamento judicial da suspensão. Limites da suspensão	534
4.	Suspensão voluntária e prazos peremptórios	534
5.	Suspensão necessária do processo. Morte da parte. Habilitação de sucessores. Extinção de pessoa jurídica.....	534
6.	Perda de capacidade de estar em juízo. Falido e insolvente. Substituição obrigatória do administrador judicial.....	535
7.	Morte ou perda da capacidade de estar em juízo do representante ou assistente. Pessoa jurídica.....	536

8.	Falecimento e perda de capacidade postulatória do procurador. Parto ou adoção da única advogada da parte. Paternidade do único advogado da parte	536
9.	Momento da suspensão. Comprovação do fato. Efeitos declaratórios. Fato ocorrido antes da audiência e comprovado depois; eficácia da decisão e coisa julgada. Fato ocorrido após o início da audiência; efeitos.....	538
10.	Coisa julgada e sucessores. Incapazes	539
11.	Alegação de incompetência. Não suspensividade do processo. Decisão imediata.....	539
12.	Suspensão por admissibilidade de incidente de demandas repetitivas.....	539
13.	Suspensão por força maior. Prazos.....	540
14.	Tribunal Marítimo	540
15.	Casos especiais de suspensão	541
16.	Suspensão por dependência de julgamento de outras causas ...	541
17.	Suspensão pela existência de ação declaratória prejudicial em andamento (prejudicialidade externa).....	542
18.	Questão de estado objeto de processo pendente	542
19.	Prejudicial externa e andamento do processo.....	542
20.	Suspensão do processo para aguardar decisão que esclareça sobre as condições da ação	542
21.	Prazo de suspensão para as hipóteses do art. 313, V	543
22.	Suspensão em decorrência de processo criminal em andamento. Casos de indenização e casos em que não se objetiva indenização pelo crime	543
23.	Suspensão em aguardo de verificação de fato	544

Capítulo XXXIV EXTINÇÃO DO PROCESSO

1.	Realização do processo. Extinção	546
----	--	-----

Capítulo XXXV PROCEDIMENTOS

1.	Procedimento comum e procedimentos especiais. Aplicação geral. Subsidiariedade do procedimento ordinário.....	547
----	---	-----

2.	Procedimento comum. Fases normais	548
3.	Forma de procedimentos especiais.....	548

Capítulo XXXVI

PETIÇÃO INICIAL

1.	Iniciativa da parte. Ação. Pretensão e demanda	550
2.	Petição oral e petição escrita	550
3.	Juízo a quem se dirige a petição inicial	551
4.	Individuação e qualificação de autor e réu	551
5.	Causa de pedir, fato e fundamentos jurídicos do pedido. Fato jurídico e fato simples, causa próxima e causa remota. Substanciação e individuação. Fato essencial.....	552
6.	Pedido certo. Limitação objetiva da lide. Interpretação do pedido	555
7.	Modificação e omissão do pedido	556
8.	Objeto imediato e mediato do pedido. Julgamento <i>extra petita</i> , <i>ultra petita</i> e <i>citra petita</i>	557
9.	Classificação das ações em reais e pessoais. Nome das ações, impropriedade e irrelevância. Importância exclusiva do pedido	558
10.	Pedido com suas especificações. Pedido determinado	559
11.	Pedido genérico. Determinação da generalidade. Universalidade de fato e de direito. Consequências do ato ilícito. Atos geradores de obrigações. Ato a ser praticado pelo réu. Reconvenção.....	560
12.	Pedido alternativo. Escolha do credor. Escolha do devedor. Alternatividade decorrente do contrato ou da lei. Cumulação de pedidos. Subsidiariedade ou sucessividade.....	561
13.	Prestações periódicas	563
14.	Preceito cominatório. Multa. Limites. Obrigação de fazer, de não fazer e entregar. Impossibilidade em outras espécies de obrigação. Execução da multa	564
15.	Cumulação de pedidos	566
16.	Valor da causa.....	568
17.	Indicação de provas	571
18.	Pedido de citação do réu e opção do autor pela realização de audiência de conciliação ou mediação.....	572

19.	Falta de requisitos. Defeitos e irregularidades. Documentos indispensáveis.	572
20.	Atividade saneadora do juiz. Pressupostos processuais e condições da ação.	574
21.	Falta de pedido ou causa de pedir. Petição inepta e petição simplesmente defeituosa. Emenda e correção.	574
22.	Narração dos fatos e decorrência lógica do pedido. Impossibilidade jurídica relativa e absoluta. Improcedência <i>prima facie</i>	575
23.	Pedidos incompatíveis	575
24.	Ilegitimidade manifesta de parte.....	576
25.	Falta manifesta de interesse processual. Interesse e impossibilidade jurídica <i>in abstracto</i>	576
26.	Indeferimento não imediato por descumprimento de diligência do advogado. Possibilidade de suprimimento.....	577
27.	Requisitos secundários da inicial e documentos indispensáveis. Não acompanhamento da inicial. Possibilidade de suprimimento.	578
28.	Indeferimento liminar de imediato e indeferimento condicionado. Emenda e complementação da inicial.....	579
29.	Falta de causa de pedir ou de pedido e causa e pedido insuficientes	580
30.	Defeitos e irregularidades que dificultem o julgamento.....	580
31.	Despacho de petição corrigível. Nulidade e retificação. Aproveitamento de atos. Documentos indispensáveis.....	581
32.	Adaptação de procedimento e procedimento inviável.....	581
33.	Improcedência liminar do pedido. Improcedência <i>prima facie</i>	581
34.	Súmulas do STF e do STJ. Súmula vinculante.....	582
35.	Recursos repetitivos.....	583
36.	Demandas repetitivas e assunção.....	584
37.	Assunção de competência.....	584
38.	Decadência e prescrição. Necessidade de alegação de prescrição. Nova orientação	585
39.	Procedimento de indeferimento da petição inicial e da improcedência liminar do pedido. Despacho da petição inicial. Mandado citatório. Advertência dos efeitos da revelia	588
40.	Solidariedade ativa e indivisibilidade da obrigação	588

Capítulo XXXVII

AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

1. Conciliação e mediação. Conceito. Conteúdo. Quando pode ocorrer. Procedimento ordinário. Direitos patrimoniais e direitos indisponíveis. Incapazes. Causas de família. Formas admissíveis.....	591
2. Conciliação e audiência de conciliação	592
3. Intimação do autor para a conciliação, e citação do réu. Não comparecimento das partes. Sanções. Acompanhamento de advogados ou defensores públicos	593
4. Conciliadores e mediadores. Sessão extra posterior. Organização do quadro de audiências	594
5. Designação da audiência. Obrigatoriedade. Prazo. Não observância	594
6. Não designação de audiência de conciliação. Caso de simples anulabilidade. Necessidade de reclamação tempestiva.....	595
7. Termo de conciliação. Sentença meramente homologatória. Meio eletrônico	595

Capítulo XXXVIII

CONTESTAÇÃO

1. Contestação. Conceito. Prazo, contagem. Audiência de conciliação e mediação. Juntada do mandado. Vários réus. Citação-edital. Desistência com relação a um dos litisconsortes. Litisconsortes com diferentes procuradores.	597
2. Presunção de verdade nas alegações do autor. Princípio da verdade real e o direito de defesa.....	599
3. Contestação. Preliminares. Matéria que não é de mérito. Impugnação dos fatos. Oposição de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Negativa dos efeitos jurídicos pretendidos	599
4. Defesa. Matéria de processo e matéria referente à ação. Princípio da eventualidade. Matéria de ordem pública, conhecimento pelo juiz, de ofício	600
5. Inexistência ou nulidade de citação	601
6. Incompetência do juiz. Incompetência absoluta e incompetência relativa.	601

7.	Correção do valor da causa.....	602
8.	Petição inicial inepta.....	602
9.	Perempção, decadência e prescrição.....	603
10.	Litispêndência. Identidade das ações. Parte, causa de pedir e pedido. Forma de identificação. A lide informada pelo pedido e causa de pedir. Contestação e ação declaratória negativa inversa. Momento da litispêndência. Citação válida	604
11.	Coisa julgada. Bem jurídico garantido com definitividade	606
12.	Conexão e continência. Interpretação ampliativa da jurisprudência e doutrina. Identificação de questões e não da causa de pedir. Juiz competente no caso de conexão e continência. Reunião de processos	607
13.	Incapacidade de parte, defeito de representação e falta de autorização. Pressupostos processuais de ordem subjetiva relacionados com as partes	608
14.	Convenção de arbitragem. Não conhecimento de ofício.....	608
15.	Carência de ação. Condições da ação. Matéria de ordem pública. Reconhecimento de ofício pelo juiz. Inocorrência de preclusão	609
16.	Alegação de ilegitimidade passiva. Alteração da relação processual. Nomeação à autoria	610
17.	Prestação de caução ou de outro fato obrigatório. Possibilidade de reconhecimento posterior de ofício.....	611
18.	Impugnação à concessão do benefício da gratuidade de justiça .	611
19.	Conhecimento de ofício de toda a matéria preliminar, à exceção da convenção de arbitragem e incompetência relativa. Alegação necessária do réu. Responsabilidade por alegação: casos em que ocorre.....	612
20.	Negação específica dos fatos alegados pelo autor.....	612
21.	Fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito do autor. Objeções e exceções substanciais. Questões. Coisa julgada.....	613
22.	Questões. Alegação obrigatória da parte, exceções. Questão de fato, objeções e exceções substanciais. Fato simples	614
23.	Questões de direito	615
24.	Impugnação dos fatos simultaneamente com a oposição de fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito do autor. Princípio da eventualidade	615

25.	Não impugnação dos fatos. Ausência total de impugnação. Revelia. Revelia e contumácia.....	615
26.	Efeitos comuns da não impugnação dos fatos e da revelia. Presunção de verdade dos fatos alegados pelo autor, critério subsidiário do princípio da verdade real. Contradição da não impugnação dos fatos com a defesa, considerada em seu conjunto	616
27.	Contestação de litisconsorte e efeito da revelia. Fatos comuns. Aplicação do princípio da não impugnação específica do fato	617
28.	Revelia e não impugnação específica do fato. Instrumento público indispensável à prova do alegado	618
29.	Revelia e não impugnação precisa dos fatos. Direitos indisponíveis absolutos e relativos. Impossibilidade relativa de confissão e ocorrência dos efeitos da revelia e da não impugnação do fato. Pessoa jurídica de direito privado, massa falida, massa da insolvência, espólio. Herança jacente (indisponibilidade relativa).....	618
30.	Defensor Público. Advogado dativo e curador especial. Ministério Público. Revelia e não impugnação dos fatos.....	620
31.	Prazos contra o revel. Intimação. Interveniência posterior.....	620
32.	Revelia. Modificação do pedido ou da causa de pedir. Nova citação.	620
33.	Revelia e julgamento imediato da lide. Não ocorrência de efeitos de revelia. Provas do alegado.....	621
34.	Alegações do réu posteriores à contestação. Preclusão, exceções: direito superveniente, conhecimento de ofício pelo juiz. Questões de fato, questões que o juiz pode conhecer de ofício. Matéria processual, matéria referente à ação e matéria de mérito. Matéria que pode ser deduzida em qualquer tempo e juízo. Sanções por alegação tardia	622

Capítulo XXXIX

RECONVENÇÃO

1.	Reconvenção e pedido contraposto.....	623
2.	Ação do réu contra o autor. <i>Conventio</i> e <i>reconventio</i> . Natureza jurídica da reconvenção e do pedido contraposto	624
3.	Autonomia da reconvenção. Preparo. Extinção do processo principal. Pedido contra terceiro.....	625

4.	Indeferimento liminar da reconvenção. Recursos	626
5.	Requisitos da reconvenção. Propositura da reconvenção. Causa de pedir e pedido. Reconvenção e matéria própria de contestação, falta de interesse.....	626
6.	Conexão com a causa principal. Causa de pedir, pedido e fundamento da defesa	626
7.	Reconvenção como matéria essencial de defesa do réu. Não ocorrência de revelia.....	628
8.	Não obrigatoriedade da reconvenção. Ação autônoma. Reunião de processos.....	628
9.	Interpretação restritiva para a reconvenção. Cumulação de reconvenções. Conexão com a ação e não com a reconvenção. Litisconsórcio, obrigatório e quando admissível	629
10.	Procedimentos nos quais a reconvenção pode ser feita. Reconvenção à reconvenção.....	629
11.	Dispensa de contestação. Citação. Não impugnação. Inocorrência de revelia	630

Capítulo XL

INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

1.	Relação processual. Partes e terceiro.....	632
2.	Interpretação restritiva aos casos de intervenção. Intervenção voluntária e provocada.....	633
3.	Oposição e nomeação à autoria. Sistema anterior	633

Capítulo XLI

DENUNCIAÇÃO DA LIDE E CHAMAMENTO AO PROCESSO

1.	Conceito, estrutura e finalidades	637
2.	Diferenças fundamentais entre a denúncia da lide e o chamamento ao processo. Solidariedade e regresso	637
3.	Relações de seguro. Denúncia da lide e chamamento ao processo. Relação de consumo, equiparação à solidariedade...	638
4.	Evicção e denúncia da lide.	639
5.	Ação regressiva. Interpretação ampliativa e restritiva	640
6.	Direito de regresso. Solidariedade como traço distintivo da denúncia à lide e do chamamento ao processo.....	641

7.	Legitimidade para a denunciação da lide e chamamento ao processo	642
8.	Denunciação em garantia e chamamento ao processo. Natureza processual.....	642
9.	Indeferimento liminar	643
10.	Citação do denunciado e do chamado	643
11.	Direito regressivo. Terceiro também como parte	644
12.	Denunciação e chamamento sucessivos	644
13.	Denunciação feita pelo autor	645
14.	Denunciação e chamamento feitos pelo réu. Litisconsórcio	645
15.	Reconhecimento e confissão do denunciado	646
16.	Cumprimento de sentença contra o denunciado pelo réu	646
17.	Julgamento da denunciação	647
18.	Suspensão do processo	647
19.	Denunciação em garantia. Quando é obrigatória. Eviscção.....	647
20.	Chamamento ao processo. Solidariedade. Prazos e sentença...	648
21.	Procedimentos onde são cabíveis	649
22.	Curador especial	650

Capítulo XLII

A ASSISTÊNCIA

1.	Partes e terceiros. Interesse de terceiro	651
2.	Influência da sentença na relação jurídica de terceiro.....	651
3.	Assistência simples ou adesiva. Conceito. Origem da assistência	652
4.	Atividade do assistente simples	652
5.	Revelia do assistido.....	653
6.	Assistência qualificada ou litisconsorcial. Conceito. Cotitularidade do direito.....	654
7.	Poderes do assistente litisconsorcial	654
8.	Adquirente ou cessionário	655
9.	Assistência do chamado substituído ao substituto processual ..	655
10.	Assistente simples e a coisa julgada	655
11.	Assistente litisconsorcial e coisa julgada.....	656
12.	Justiça da decisão. Assistente simples e assistente litisconsorcial	656

13.	Processo em que cabe a assistência	657
14.	Assistência e jurisdição voluntária	658
15.	Momento da intervenção do assistente	658
16.	Procedimento. Indeferimento liminar	658
17.	Recurso. Provimento. Efeitos	658
18.	O <i>amicus curiae</i>	659

Capítulo XLIII

CARACTERÍSTICAS DO PROCEDIMENTO E MARCHA PROCEDIMENTAL

1.	Fases do procedimento. Fase postulatória e de instrução e julgamento. Fase recursal	662
2.	Revelia. Julgamento antecipado da lide. Designação de audiência, quando se faz necessária. Comparecimento do réu, produção de provas	662
3.	Fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito do autor. Audição do autor. Objeções e exceções substanciais. Questões. Coisa julgada	663
4.	Preliminares de contestação. Audição do autor. Irregularidades e nulidades sanáveis	664
5.	Irregularidades e nulidades sanáveis	664

Capítulo XLIV

PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO

1.	Matéria que pode ser conhecida pelo juiz após a fase postulatória. Atividade saneadora do juiz. Matéria sujeita à preclusão e matéria não sujeita à preclusão. Pressupostos processuais positivos e negativos. Condições da ação. Extinção do processo sem julgamento do mérito	666
2.	Renúncia do direito. Reconhecimento do pedido. Transação. Prescrição e decadência. Rejeição da prescrição e decadência, momento próprio	667
3.	Julgamento conforme o estado do processo. Extinção do processo, com ou sem julgamento do mérito	668

4.	Julgamento antecipado do mérito. Questão de direito. Questão de direito e de fato. Questão de fato com desnecessidade de prova. Sentido obrigatório de antecipação. Fato relevante. Processo em que se realiza perícia	670
5.	Julgamento antecipado da lide em razão de revelia. Inocorrência do efeito da revelia. Direitos indisponíveis. Curador especial. Revelia, reconhecimento da procedência do pedido e confissão; diferenças. Prosseguimento do processo, quando o fato resultar duvidoso. Produção de provas pelo revel.	671
6.	Julgamento antecipado parcial do mérito	673

Capítulo XLV

SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO

1.	Atividade saneadora do juiz. Inexistência de fase própria de saneamento preclusivo. Matérias não sujeitas à preclusão. Despacho saneador e saneamento, diferença prática	675
2.	Solução de questões processuais.....	677
3.	Delimitação de questões de fato e das questões de direito relevantes para decisão de mérito	677
4.	Distribuição do ônus da prova	679
5.	Audiência de instrução e julgamento, designação.	679

Capítulo XLVI

DA AUDIÊNCIA

1.	Audiência de instrução e julgamento. Conceito. Princípio da oralidade. Julgamento antecipado da lide	681
2.	Publicidade da audiência	681
3.	Unidade e continuidade da audiência. Adiamento, prorrogação e cisão da audiência. Distinções práticas. Antecipação e adiamento.....	681
4.	Adiamento e cisão por não comparecimento injustificado de peritos e testemunhas. Depoimento pessoal, não comparecimento da parte.....	682
5.	Adiamento da audiência por convenção das partes. Restrições. Suspensão do processo. Prorrogação por convenção das partes. Motivo justificado dos participantes. Atraso do início. Despesas	683

6.	Falta justificada e injustificada do advogado, Ministério Público e defensor público. Justificativa anterior e posterior à audiência	684
7.	Ministério Público. Ausência justificada. Atuação como parte e como fiscal da lei. Não justificação; consequências	684
8.	Curador especial. Ausência. Nomeação de outro	684
9.	Direção do processo. Juiz. Colheita de provas. Ordem. Dever de urbanidade. Registro de requerimento	685
10.	Poderes de polícia do juiz. Manutenção da ordem e do decoro. Retirada de partes e procuradores. Requisição de força policial ...	686
11.	Abertura da audiência. Pregões. Não comparecimento de partes e advogados. Dispensa de prova	687
12.	Proposta de conciliação. Avaliação imparcial por terceiro	687
13.	Final da fase de instrução e início da fase do julgamento. Preclusão para provas. Exceções	687
14.	Fase de julgamento. Debates. Razões finais escritas	687
15.	Proferimento da sentença. Publicação em audiência e fora dela	688
16.	Termo de audiência. Lavratura. Livro contendo folhas soltas. Assinatura, falta. Cópia do termo nos autos	688
17.	Processo eletrônico. Armazenamento de termo de forma eletrônica.....	689
18.	Gravação de imagem e áudio.....	690

Capítulo XLVII

PROVAS – DISPOSIÇÕES GERAIS

1.	Fundamento de fato e de direito do pedido. Presunção de verdade que decorre de toda alegação do autor à ausência de oposição do réu. Fatos alegados pelo réu, inexistência de presunção, quando não há oposição do autor.....	691
2.	Princípio da verdade real ou da máxima probabilidade. Matéria civil e criminal. Critérios subsidiários.....	691
3.	Princípio do livre convencimento. Não prevalência de um meio de prova sobre outro. Presunções legais. Motivação da sentença.....	692
4.	Livre apreciação da prova. Fundamentação da sentença. Fatos e provas.	692

5.	Prova <i>ex officio</i> . Princípio dispositivo. Diligências inúteis.....	693
6.	Valoração da prova. Forma procedimental obrigatória	694
7.	Meio probatório moralmente legítimo, não previsto em lei. Fitas cassete. Gravações	694
8.	Prova emprestada.....	695
9.	Presunção e indício. Presunção absoluta e relativa.....	696
10.	Regras de experiência comum. Critério subsidiário. Prova direta.	698
11.	Regras de experiência técnica.....	699
12.	Regras de experiência comum na apreciação da prova, de maneira geral. Regras de julgamento, não de procedimento	699
13.	Fatos notórios. Fatos confessados. Fatos incontroversos. Fatos sobre os quais milita presunção legal de verdade.....	699
14.	Prova de direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário. Efeito de pura colaboração. Aplicação do direito, sem alegação	701
15.	Suspensão para produção de provas por carta e auxílio direto ...	702
16.	Deveres da parte. Comparecimento em juízo. Dever de dizer a verdade. Inspeção judicial. Sanções para o descumprimento de deveres processuais.....	702
17.	Colaboração de terceiro na prova. Peritos. Informação de fatos. Testemunhas. Informação oral sem compromisso. Exibição de coisas. Diferentes espécies de colaboração	703

Capítulo XLVIII

ÔNUS DA PROVA

1.	Princípio subsidiário da verdade real. Fato constitutivo do direito. Fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito. Importância do ônus da prova com relação a quem alega o fato. Prova das negativas. Ônus da prova, juízo de maior probabilidade e regras de experiência.....	705
2.	Inversão convencional do ônus da prova. Direitos indisponíveis. Dificuldade da prova na inversão. Relação de consumo.....	707
3.	Ônus da prova. Regras de natureza estática e doutrina da prova dinâmica. Relação de consumo.....	707
4.	Prova dinâmica e regras de experiência.....	709

Capítulo XLIX

DA PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS

1.	Conceito de produção antecipada de provas. Origem cautelar .	715
2.	Arrolamento de bens.....	716
3.	Procedimento para a produção de prova de natureza de tutela de urgência cautelar.	716
4.	Antecipação de prova de natureza cautelar. Petição inicial. Citações.....	717
5.	Perícia: vistoria <i>ad perpetuam rei memoriam</i>	719
6.	Possibilidade de defesa e recurso na antecipação de prova cautelar.....	719
7.	Intervenção de terceiro. Assistência. Denúnciação em garantia e chamamento ao processo	720
8.	Prova antecipada e antecipação da instrução.....	720
9.	Produção antecipada de prova e justificação	721
10.	Verificação de fato para autocomposição e justificação de propositura de ação.	722
11.	Procedimento da justificação de fato e colheita de provas para efeito de autocomposição ou de orientação de conveniência de ação	722
12.	Competência	723
13.	Extinção do processo. Manutenção dos autos em cartório	724

Capítulo L

DA ATA NOTARIAL

1.	Lavratura de ata notarial. Tabelião de notas.....	726
2.	Conceito de ata notarial	726
3.	Competência cartorária. Oficiais públicos. Circunscrições municipais. Oficial incompetente.	727
4.	Conteúdo da ata notarial. Prova extrajudicial	727
5.	Ata notarial e prova testemunhal.....	728
6.	Objeto da ata notarial. Fato e situação concreta. Neutralidade do tabelião.....	728
7.	Pedido do interessado	729
8.	Tabelião. Impossibilidade de ser testemunha	729

Capítulo LI

DEPOIMENTO PESSOAL

1.	Comparecimento da parte. Determinação de ofício e a requerimento. Litisconsorte e assistente	730
2.	Confissão judicial provocada. Incapazes. Representante da pessoa jurídica de direito privado e de direito público. Procurador	731
3.	Local onde se presta o depoimento. Cartas. Depoimento por videoconferência. Proibição de uma parte ouvir o depoimento da outra	731
4.	Pena de confesso. Provas em contrário.....	732
5.	Requerimento da parte e determinação do juiz	732
6.	Depoimento pessoal sem pena de confesso	733
7.	Abrangência da pena de confesso	733
8.	Momento da consideração da pena de confesso	734
9.	Escusa de depor. Fatos torpes, criminosos e sobre os quais se deva guardar sigilo. Exceções.....	734
10.	Evasivas e recusa de depor. Fatos torpes e criminosos. Avaliação própria do juiz.....	735
11.	Forma de interrogatório da parte. Consulta a notas	735

Capítulo LII

CONFISSÃO

1.	Conceito. Confissão tácita e confissão ficta (impropriedades). Confissão e reconhecimento do pedido. Confissão e fato incontroverso. Confissão e procedência do pedido.....	737
2.	Confissão e litisconsórcio, inoperabilidade. Apreciação do mesmo fato na sentença. Valor da confissão como prova.....	738
3.	Confissão e direitos indisponíveis. Valor probatório. Indisponibilidade absoluta e relativa	739
4.	Confissão judicial e extrajudicial; diferenças. Confissão judicial provocada e espontânea	740
5.	Confissão extrajudicial. Confissão antes de proposta a ação, valor documental. Confissão a terceiro. Confissão oral	740
6.	Confissão nula. Confissão do absolutamente incapaz e do relativamente incapaz e nulidade relativa. Formas procedimentais próprias de se declarar a nulidade da confissão	741

7.	Confissão do cônjuge nas ações de pretensão real	742
8.	Confissão anulável. Ação anulatória. Incidência	743
9.	Indivisibilidade da confissão	744

Capítulo LIII

DA EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA

1.	Exibição de coisa. Coisa que pode ser exibida. Requerimento da parte. Demonstração de interesse. Suspeita de propriedade e averiguação de características da coisa. Determinação de ofício	746
2.	Exibição de documento como medida de averiguação de direito ou interesse. Documento próprio ou comum. Sociedade, condomínio, relação de crédito. Terceiro em guarda do documento. Requerimento como tutela de urgência. Incapazes e citados por edital e com hora certa	747
3.	Escrituração comercial por inteiro, balanços e documentos de arquivo. Exibição.....	748
4.	Interesse e requisitos do pedido de exibição da coisa ou do documento.....	748
5.	Pedido de exibição de documentos indispensáveis e dispensáveis	749
6.	Procedimento do pedido de exibição de parte a parte. Exibição e alegação da parte de não ter o documento ou coisa. Consequências da não exibição; incapazes, réu preso, citado por edital ou com hora certa	750
7.	Casos de obrigatoriedade de exibição pela parte, sem possibilidade de recusa. Obrigação legal de exibição, alusão ao documento ou coisa, documento comum.....	751
8.	Recusa de exibição e escusa ilegítima. Consequências. Ônus processual. Apresentação da coisa ou documento. Momento da exibição. Fase instrutória. Ausência de preclusão. Decisão.	751
9.	Medidas coercitivas, quando se fazem necessárias	752
10.	Decisão. Momento. Sentença final	752
11.	Pedido de exibição a terceiro. Ação autônoma. Competência. Interesse e legitimidade. Decisão, recurso e cumprimento.....	753
12.	Interesse de exibição a respeito do documento ou coisa. Prova indispensável.....	753
13.	Petição inicial contra terceiro. Fundamento do pedido. Procedimento. Defesas. Escusas	754

14.	Negativa da obrigação de exhibir ou da posse do documento ou coisa. Audiência especial. Decisão e recurso. Cumprimento da decisão	754
15.	Motivos comuns de escusa. Negócios de família. Dever de honra. Desonra da parte ou do terceiro e parentes. Perigo de ação penal. Outros motivos justos	755

Capítulo LIV

PROVA DOCUMENTAL

1.	Conceito de documento. Forma e conteúdo. Instrumento e documento. Documento público e particular.....	758
2.	Autenticidade dos documentos. Presunção de autenticidade. Documentos públicos e particulares. Conceito. Inautenticidade, falsidade material. Falsidade ideológica. Presunção de autenticidade	759
3.	Documento público. Conteúdo. Declarações do oficial público. Certidões. Traslados. Reproduções mecânicas. Fé do documento público. Autenticidade. Valor do documento lavrado por oficial incompetente.....	760
4.	Reprodução digitalizada de documento público e particular ...	762
5.	Declaração de autenticidade pelo advogado.	762
6.	Documento público. Quando é da substância do ato lavrado por oficial incompetente. Ineficácia absoluta.	763
7.	Documento particular. Elaboração. Autor do documento particular. Assinatura; quando se dispensa. Juntada de cópia ..	763
8.	Declaração de ciência no documento particular. Documento e confissão extrajudicial. Declaração de terceiro: testemunho escrito e documento (eficácia probatória, limites).....	764
9.	Cartas e registros domésticos. Suprimento de título. Assinatura. Datilografia. Anotações no documento	765
10.	Telegrama e radiograma. Reconhecimento de firma.....	766
11.	Livros comerciais. Presunções contra e a favor do empresário. Indivisibilidade da escrituração contábil. Exibição plena e parcial dos livros comerciais. Pedido pelo sócio. Exibição determinada de ofício pelo juiz.....	766
12.	Data do documento particular. Prova. Presunção e terceiros ...	768

13.	Cópia do documento particular. Impugnação e conferência. Defeitos parciais na cópia. Impossibilidade de a cópia retratar o documento. Inspeção. Fotografia. Impossibilidade de conferência. Livre apreciação do documento	768
14.	Reprodução mecânica. Autenticação necessária	769
15.	Indivisibilidade das declarações contidas no documento	770
16.	Entrelinhas, emendas, rasuras e borrões no documento	771
17.	Documentos que gozam de presunção de autenticidade. Documentos que não gozam de presunção de autenticidade. Impugnação de conteúdo e firma; ônus da prova	771
18.	Documento particular. Presunção de autenticidade. Fé do documento. Impugnação. Conteúdo e assinatura, ônus da prova	772
19.	Documento em branco. Preenchimento abusivo	772
20.	Falsidade material e ideológica. Impugnação de documento particular não reputado autêntico. Arguição de falsidade: previsão apenas para a falsidade material de documento reputado autêntico. Alegação de falsidade ideológica; forma. Atos anuláveis. Documento autêntico, mas nulo por defeito comum dos atos jurídicos	773
21.	Prazo de arguição de falsidade material de documento reputado autêntico e prazo para os não autênticos. Alegação de falsidade ideológica. Preclusão e presunção de autenticidade	774
22.	Arguição de falsidade e ação declaratória incidental	775
23.	Arguição de falsidade e coisa julgada. Limites objetivos e subjetivos	776
24.	Disciplina sobre autenticidade e falsidade documental estendida a outros instrumentos. Confissão extrajudicial.....	777
25.	Produção de prova documental. Documentos indispensáveis e dispensáveis. Documentos substanciais e fundamentais. Momento da juntada pelo autor. Reprodução cinematográfica ou fonográfica.....	777
26.	Defesa. Documentos indispensáveis e dispensáveis.....	778
27.	Não juntada de documento indispensável com a inicial. Prazo de juntada obrigatório. Complementação pelo réu de sua defesa, em razão de igualdade. Pedido contraposto.....	778
28.	Juntada de documentos para prova de fatos supervenientes.....	779
29.	Juntada de documentos. Audição da parte contrária. Alegação de nulidade, preclusão	780

30.	Requisição de documentos: interesse. Impossibilidade de negativa de atendimento pelos agentes do Poder Público	780
31.	Requisição de procedimentos administrativos. Execução fiscal.....	781
32.	Documentos eletrônicos.....	781

Capítulo LV

PROVA TESTEMUNHAL

1.	Testemunha. Conceito. Admissibilidade da prova testemunhal. Testemunha de fato e instrumentária. Testemunha e perito	784
2.	Testemunhas técnicas	784
3.	Dispensa de prova testemunhal. Prova documental e exame pericial. Confissão	785
4.	Prova exclusivamente testemunhal. Quando é permitida. Impedimentos justificativos para o contrato escrito. Prestação de fato. Efeitos concretos de contratos orais. Contratos que se concretizam com a efetiva entrega da coisa	786
5.	Prova do contrato exclusivamente testemunhal e outras provas: inconfundibilidade. Confissão e depoimento pessoal	787
6.	Prova testemunhal complementar. Início de prova escrita	787
7.	Prova testemunhal. Pagamento. Remissão de dívida.....	787
8.	Contratos simulados. Simulação maliciosa e inocente. Simulação em relação a terceiros. Quando pode ser arguida pelo próprio contratante.....	788
9.	Vícios do consentimento.....	790
10.	Capacidade genérica de ser testemunha. Indenização da testemunha comum e da referida	790
11.	Incapacidade para ser testemunha. Interdito. Enfermidade física ou mental. Menor de quatorze anos. Cego e surdo	791
12.	Testemunhas impedidas e suspeitas. Testemunhas informantes. Menores, testemunhas impedidas e suspeitas.....	793
13.	Causas de impedimento. Parentesco e afinidade, exceção. Alegação de impedimento e testemunha informante. Partes, litisconsortes. Representantes de incapazes e de pessoas jurídicas. Advogado e outras pessoas que assistam ou tenham assistido as partes.....	794

14.	Causas de suspeição. Amizade ou inimizade com a parte. Interesse no litígio.....	795
15.	Juiz e Ministério Público arrolados como testemunhas.....	796
16.	Fatos sobre os quais a testemunha não está obrigada a depor. Grave dano e sigilo obrigatório. Comparecimento obrigatório da testemunha	797
17.	Local onde depõe a testemunha. Carta precatória e de ordem. Videoconferência.....	798
18.	Testemunhas que são ouvidas em sua residência e onde exercem sua função.....	798
19.	Rol de testemunhas. Número e substituição	799
20.	Intimação da testemunha. Forma de intimação. Carta do advogado da parte arrolante. Prazo. Não comparecimento: despesas e multa	800
21.	Intimação da testemunha pela via judicial. Condução e despesas	801
22.	Ordem dos depoimentos. Inversão. Qualificação da testemunha. Contradita. Testemunhas da contradita	802
23.	Procedimento de audição das testemunhas.....	803
24.	Indeferimento de pergunta inútil, sugestivas e repetitivas. Pergunta vexatória e impertinente	804
25.	Forma do depoimento. Redução a termo. Registro. Formas eletrônicas. Assinatura. Negativa da testemunha	805
26.	Testemunhas referidas	806
27.	Acareação	806

Capítulo LVI

PROVA PERICIAL

1.	Perícia. Conceito. Conhecimentos técnicos e especializados. Dificuldades de observação pessoal	808
2.	Perícia e princípio do livre convencimento. Não prevalência de meios de prova	808
3.	Espécies de perícia. Exame, vistoria e avaliação. Abrangência de mais de uma espécie de perícia.....	809
4.	Perícia por carta.....	810
5.	Perícia e pareceres técnicos extrajudiciais. Valor.....	810

6.	Deferimento e indeferimento da prova pericial. Desnecessidade por falta de utilidade prática. Questões de direito. Fatos confessados e incontroversos. Prova documental suficiente. Desaparecimento de vestígios; relatividade. Danificação de coisa, substituição da perícia por orçamentos idôneos	811
7.	Perícia de ofício e a requerimento da parte. Fundamentação...	812
8.	Momento de se requerer prova pericial. Preclusão	812
9.	Perito. Perito e testemunha. Organização de lista em secretaria.	813
10.	Escusa, impedimento e suspeição do perito	813
11.	Entrega do laudo, prazo. Informações inverídicas. Substituição, multa, comunicação ao órgão corporativo. Responsabilidade do perito	814
12.	Nomeação do perito. Estabelecimento oficial. Assistência judiciária e atendimento do estabelecimento. Multa por atraso	814
13.	Nomeação obrigatória de profissionais habilitados. Exceções. Perícia impraticável	815
14.	Prerrogativas e poderes do perito no cumprimento do encargo. Poderes indelegáveis. Audição de testemunhas. Terceiro, obrigação de colaborar com a Justiça. Solicitação de documentos. Posição da parte e terceiros. Conceito de documento, para fins de restrição. Requisição a repartições públicas para apurar autenticidade ou falsidade de assinatura. Colheita de material em audiência.....	815
15.	Assistente técnico. Indicação, momento. Caso de litisconsórcio. Função do assistente técnico.....	817
16.	Intimação do perito. Proposta de honorários, currículo e contatos profissionais.....	818
17.	Perícia simplificada. Atestações em audiência sob forma de depoimento	818
18.	Substituição do perito. Falta de conhecimento técnico e nova perícia	819
19.	Perito. Substituição. Cumprimento do encargo. Laudo inconclusivo ou deficiente. Penalidades. Honorários, proposta, adiantamento e devolução.....	820
20.	Quesitos. Conceito. Quem pode formulá-los: partes, juiz, Ministério Público e assistentes habilitados	822
21.	Quesitos impertinentes. Indeferimento	822
22.	Prazo de apresentação de quesitos. Quesitos suplementares	823

23.	Esclarecimento da perícia. Parecer. Valor prático da prova pericial. Princípio do livre convencimento. Laudo do perito e do assistente técnico: valor qualitativo idêntico	823
24.	Nova perícia. Determinação de ofício e a requerimento da parte; recurso. Nova perícia e esclarecimentos complementares. Objeto de nova perícia. Nova perícia, completa ou parcial; limites. Quando se faz necessária. Valor da nova perícia. Nova perícia e perícia nula	824
25.	Direção dos trabalhos periciais. Designação de dia e hora. Prazo de entrega do laudo	826
26.	Realização da perícia. Desnecessidade de averiguação conjunta e de conferência reservada do perito e assistentes. Laudo pericial, requisitos	826
27.	Função do perito. Limites da perícia. Pedido de esclarecimento. Audiência. Julgamento conforme o estado do processo. Determinação de esclarecimentos por escrito, de ofício ou a requerimento.	828

Capítulo LVII

INSPEÇÃO JUDICIAL

1.	Conceito. Conveniência	831
2.	Objeto da inspeção. Incidência: pessoas, lugares ou coisas. Pessoa, restrições, recusa e consequências	831
3.	Assistência por perito	832
4.	Local da inspeção	832
5.	Reconstituição de fatos	832
6.	Assistência pelas partes. Possibilidade de se fazer inspeção, sem intimação das partes	833
7.	Auto de inspeção, desenho, gráfico e fotografia	833

Capítulo LVIII

SENTENÇA

1.	Sentença e acórdão. Sentenças definitivas e terminativas	835
2.	Sentenças jurisdicionais e não jurisdicionais. Sentenças homologatórias e meramente homologatórias. Rescisão	836

3. Classificação das sentenças quanto à sua eficácia. Sentenças declaratórias, condenatórias, constitutivas, mandamentais e executivas.....	837
4. Sentença válida, nula, rescindível, ineficaz ou inexistente. Tutela antecipada, casos de ineficácia completa.....	839
5. Relatório da sentença	842
6. Fundamentação da sentença	843
7. Princípios jurídicos. Conceito indeterminado. Cláusula geral .	845
8. Dispositivo da sentença.....	846
9. Sentença <i>citra</i> , <i>ultra</i> e <i>extra petita</i>	847
10. Pedido certo e sentença ilíquida	848
11. Relação jurídica condicional.....	850
12. Sentenças apenas com o dispositivo ou com falta dele. Nulidade e inexistência	850
13. Fundamentação das sentenças terminativas.....	851
14. Apreciação de fatos supervenientes na sentença. Iniciativa da parte e conhecimento de ofício	851
15. Sentença de improcedência <i>prima facie</i>	852
16. Publicação da sentença. Inalterabilidade. Retificação. Correção material e embargos declaratórios.....	856
17. Efeitos secundários da sentença. Hipoteca judicial e arresto ...	857
18. Redação das decisões. Assinatura do juiz.....	858
19. A ação como direito. Sujeito passivo. Condições de seu exercício.....	858
20. Possibilidade jurídica. Sua supressão como condição da ação.....	859
21. Legitimação para a causa. Legitimação ativa e passiva. Nomeação à autoria. Ilegitimidade manifesta e não manifesta.....	860
22. Interesse processual. Manifesta falta de interesse e falta de interesse não manifesta	864
23. Pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo. Pressupostos subjetivos e objetivos. Defeitos sanáveis e não sanáveis do processo	865
24. Perempção, litispendência e coisa julgada. Pressupostos processuais de ordem negativa	866
25. Convenção de arbitragem. Pressuposto processual de ordem negativa.....	867

26.	Intransmissibilidade da pretensão. Pressuposto processual de ordem negativa.....	867
27.	Confusão	868
28.	Outros casos de sentença, por falta de pressuposto processual	868
29.	Condições da ação e pressupostos processuais, como matéria de ordem pública. Conhecimento de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição, sem ocorrência de preclusão. Responsabilidade por alegação tardia.....	869
30.	Indeferimento da petição inicial. Falta manifesta das condições da ação. Julgamento de mérito. Decadência e prescrição. Impossibilidade jurídica relativa. Petição incompreensível. Outros motivos.....	870
31.	Abandono do processo pelo autor. Direito do réu ao rápido andamento do processo. Direito do réu à sentença de mérito. Perempção.....	871
32.	Paralisação do processo por mais de um ano. Iniciativa judicial	872
33.	Desistência da ação.....	873
34.	Abandono. Paralisação e desistência. Decisões sujeitas à preclusão, por não constituírem pressupostos processuais	874
35.	Carência de ação. Inocorrência de coisa julgada. Repetição do processo e repetição do pedido. Falta de pressupostos processuais. Julgamento de questões que solucionam o processo, sem aferir o mérito.....	874
36.	Solução de mérito. Conceito de mérito. Mérito, lide e pedido	876
37.	Solução do mérito por reconhecimento do pedido pelo réu	877
38.	Renúncia de direito	878
39.	Transação.....	879
40.	Remessa obrigatória. Reexame necessário. Efeitos da sentença de primeiro grau e coisa julgada. Liminar cautelar e antecipatória.....	879
41.	Sentenças sujeitas ao duplo grau de jurisdição. Decisões interlocutórias	881

Capítulo LIX

TUTELA JURISDICIONAL NAS CAUSAS RELATIVAS
A OBRIGAÇÃO DE FAZER OU NÃO FAZER

1. Tutela específica nas ações que tenham por objeto cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer. Providências que assegurem o resultado prático e equivalente do adimplemento, espécies. Obrigações fungíveis e infungíveis. Perdas e danos.....	886
2. Cominação de multa	888
3. Reversão da obrigação em perdas e danos. Perdas e danos e multa	888
4. Cumprimento das obrigações de emissão de declaração de vontade.....	889
5. Promessa de contratar.....	890
6. Promessas de contratar em geral, execução <i>in natura</i> , requisitos do contrato preliminar	891
7. Oferta de contrato de trabalho mediante concurso, execução específica. Administração pública e empresas privadas.....	891
8. Concorrências públicas e de empresas privadas.....	892

Capítulo LX

TUTELA JURISDICIONAL DAS OBRIGAÇÕES
DE ENTREGA DE COISA

1. Classificação das sentenças. Sentenças executivas <i>lato sensu</i> e sentenças mandamentais.....	893
2. Execução para entrega de coisa no direito brasileiro. Orientação tradicional	894
3. Nova orientação do direito brasileiro.....	895
4. Cominação de multa na sentença. Perdas e danos.....	897
5. Efetivação da tutela. Medidas necessárias – multa.....	897
6. Conversão da obrigação em perdas e danos	898
7. Defesa do réu. Benfeitorias. Construções e plantações. Direito de retenção	898

Capítulo LXI

COISA JULGADA

1.	Coisa julgada formal. Conceito.....	900
2.	Coisa julgada material. Conceito. Imutabilidade e indiscutibilidade das sentenças de mérito.....	900
3.	Questão. Conceito. Razão da pretensão. Questões e limites objetivos da coisa julgada	901
4.	Limites objetivos da coisa julgada. Conceito de lide. Pedido e causa de pedir. Lide parcial e lide integral. Exclusão dos pressupostos processuais e das condições de ação. Questões da lide. Questão de fato e de direito. Questão prejudicial	902
5.	Pedidos alternativos e limitação da lide	904
6.	Motivação e verdade dos fatos. Limitação da lide.....	904
7.	Questão prejudicial e coisa julgada. Ação declaratória incidental.....	905
8.	Coisa julgada e relações jurídicas continuativas. Modificação de estado de fato ou de direito. Hipóteses previstas em lei	909
9.	Identificação das causas. Fato simples e fato jurídico	910
10.	Ocorrência de coisa julgada, sem identificação rigorosa de causas. Objetivos da coisa julgada. Garantia de um bem da vida. Pedidos alternativos. Pedido abrangido por outro. Contrariedade do bem jurídico garantido, sem identificação de causas. Bem jurídico garantido e apreciação em outra causa. Alegações e defesas não deduzidas, consideradas como questões discutidas e decididas. Diversidade de causas de pedir	912
11.	Limites subjetivos da coisa julgada. Eficácia da sentença e coisa julgada. Casos em que o terceiro não consegue subtrair-se aos efeitos definitivos da sentença.....	913
12.	Direitos potestativos pertencentes a diversas pessoas. Proibição de coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> . Benefício de terceiro em razão da relação de direito material. Integração de terceiros no processo; impossibilidade	913
13.	Benefício de terceiro em razão de resultado já definido contra a outra parte. Ausência do prejuízo pela definição de responsabilidade sua onde não foi parte	915
14.	Sucessão das partes, substituição processual e coisa julgada...	916

15.	Ação de estado e coisa julgada com referência a terceiros. Litisconsórcio necessário unitário. Casos específicos de investigação de paternidade	916
16.	Questões processuais sujeitas à preclusão. Conceito de preclusão. Questões não sujeitas à preclusão. Preclusão para as partes e preclusão para o juiz.....	917
17.	Coisa julgada material, pressupostos processuais e condições da ação. Inocorrência	918
18.	Perempção. Impossibilidade de renovação do pedido. Interesse público	919
19.	Coisa julgada e execução. Nulidade da execução e repetição do indébito	919
20.	Execução. Condições da ação e pressupostos processuais	920
21.	Tutela provisória e coisa julgada	920
22.	A relativização da coisa julgada. Coisa julgada inconstitucional	920

Capítulo LXII

DA COISA JULGADA CRIMINAL NO JUÍZO CÍVEL

1.	Sentença penal condenatória. Obrigação de indenizar. Efeito secundário da sentença e não coisa julgada cível	924
2.	Sentença absolutória criminal. Estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal, exercício regular do direito. Não influência no juízo cível. Limites subjetivos da coisa julgada. Diversidade de lides	924
3.	Ação penal privada. Diversidade de apreciação da prova.....	925
4.	Prova da inexistência do fato e da autoria. Não influência no juízo cível.....	926
5.	Suspensão do processo cível, quando correr processo criminal .	926
6.	Sentença cível contrária à sentença criminal condenatória, proferida anteriormente. Ineficácia da coisa julgada para evitar os efeitos da condenação.....	927

Capítulo LXIII

LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

1.	Conceito e natureza da liquidação de sentença. Processo de conhecimento. Liquidação frustrada. Espécies de liquidação..	928
----	---	-----

2.	Liquidação por arbitramento	929
3.	Liquidação pelo procedimento comum	930
4.	Legitimidade e interesse para requerer a liquidação	931
5.	Liquidação frustrada.....	932
6.	Vedação de inovar na liquidação	932
7.	Recurso contra a liquidação de sentença	933
8.	Liquidação na pendência do recurso.....	933
9.	Sentença com parte líquida e parte ilíquida.....	934
10.	Sentença de valor dependente de cálculo aritmético	934
11.	Liquidação de sentença penal, arbitral e estrangeira homologada.....	935
	<i>Índice Alfabético e Remissivo</i>	937

ERNANE FIDÉLIS DOS SANTOS

MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

2

Cumprimento da
Sentença e **Processo**
de Execução

16ª edição
2017

saraiva  jur

ISBN 978-85-472-1114-1 obra completa

ISBN 978-85-472-0476-1 volume 2

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902**SAC**

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

www.editorasaraiva.com.br/contato

Santos, Ernane Fidélis dos

Manual de direito processual civil, volume 2 : cumprimento da sentença e processo de execução / Ernane Fidélis dos Santos. – 16. ed. – São Paulo : Saraiva, 2017.

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil I. Título II. Série.

16-0728

CDU 347.9

Índices para catálogo sistemático:

- | | |
|-----------------------------------|-------|
| 1. Direito processual civil | 347.9 |
| 2. Processo civil : Direito civil | 347.9 |

Presidente Eduardo Mufarej
Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial

Presidente Carlos Ragazzo
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerente editorial Thais de Camargo Rodrigues
Edição Eveline Gonçalves Denardi
 Verônica Pivisan Reis

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
 Luciana Cordeiro Shirakawa
 Clarissa Boraschi Maria (coord.)
 Guilherme H. M. Salvador
 Kelli Priscila Pinto
 Marília Cordeiro
 Mônica Landi
 Surane Vellenich
 Tatiana dos Santos Romão
 Tiago Dela Rosa

Data de fechamento da edição: 16-12-2016Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

Diagramação e revisão Know-How Editorial

CL 600189 CAE 586550

Comunicação e MKT Elaine Cristina da Silva**Capa** Casa de Ideias / Daniel Rampazzo**Produção gráfica** Marli Rampim**Impressão e acabamento** Gráfica Paym

Índice Sistemático

<i>Apresentação da 16ª Edição</i>	31
<i>Apresentação da 15ª Edição</i>	33

Primeira Parte CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

Capítulo I ORIGEM HISTÓRICA E PRINCÍPIOS GERAIS

1. Origem histórica	37
2. Subsidiariedade do processo de execução no cumprimento da sentença.....	41
3. Ação condenatória sem efeito mandamental ou executivo.....	41
4. Requerimento e intimação do obrigado. Advogado	42
5. Relação jurídica condicionada ou a termo. Contratos bilaterais .	43
6. Fiador, coobrigado e corresponsável	44

Capítulo II SENTENÇAS E OUTROS TÍTULOS JUDICIAIS

1. Títulos executivos judiciais	46
2. Sentenças e decisões proferidas no processo civil (art. 515, I)	46

3.	Decisão homologatória de autocomposição judicial. Conciliação	48
4.	Decisão homologatória de transação	49
5.	Acordo extrajudicial de qualquer natureza, homologado judicialmente.....	51
6.	Formal e certidão de partilha	51
7.	Créditos aprovados de auxiliar da justiça	52
8.	Sentença penal condenatória.....	53
9.	Sentença arbitral	54
10.	Sentença estrangeira, homologada pelo Superior Tribunal de Justiça. Decisão interlocutória, <i>exequatur</i>	55
11.	Acórdão do Tribunal Marítimo.....	55

Capítulo III

COMPETÊNCIA PARA CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

1.	Competência dos tribunais.....	57
2.	Juízo da causa	57
3.	Sentenças criminais, arbitrais e estrangeiras	58
4.	Formal e certidão de partilha	59
5.	Questões relativas à validade do procedimento de cumprimento da sentença e recurso.....	59
6.	Decisões que concedem tutela de urgência ou da evidência	60
7.	Protesto extrajudicial do título executivo judicial	60

Capítulo IV

CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA POR QUANTIA CERTA

1.	Efeitos dos recursos e eficácia da sentença. Cumprimento definitivo e provisório.....	62
2.	Cumprimento provisório das sentenças referentes a prestação ou abstenção de fato, de entrega de coisa, de alimentos e restrição para quantia certa pela Fazenda Pública	63
3.	Restrições anteriores e atuais ao cumprimento provisório de sentença.....	63
4.	Responsabilidade do cumprimento provisório de sentença. Volta ao estado anterior	63

5.	Prestação de caução pelo exequente	64
6.	Dispensa de caução. Hipóteses admissíveis. Exigência extraordinária da caução	65
7.	Prestação alimentar e situação de necessidade	65
8.	Agravo de admissão no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça	66
9.	Sentenças fundadas em súmulas dos tribunais	66
10.	Decisões em acórdão de recurso extraordinário e especial repetitivo e decisões em demandas repetitivas	67
11.	Terceiro adquirente e cumprimento provisório. Leilão público e iniciativa particular	67
12.	Modificação ou anulação parcial da sentença	68
13.	Multa por não atendimento à intimação de cumprimento	69
14.	Procedimento do cumprimento provisório	69

Capítulo V

DO CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA EM QUANTIA CERTA

1.	Sentença não mais sujeita a recurso. Coisa julgada. Cumprimento definitivo da sentença. Tutela de urgência satisfativa	71
2.	Requerimento do credor	71
3.	Intimação do devedor para o pagamento. Pagamento espontâneo. Incidência de multa coercitiva	72
4.	Requerimento do credor. Prazo. Demonstrativo do débito.....	73
5.	Dados em poder do devedor ou do terceiro	75
6.	Dados adicionais em poder do devedor	75
7.	Penhora e avaliação	75
8.	Valor excessivo do pedido e penhora	76

Capítulo VI

IMPUGNAÇÃO DO DEVEDOR AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

1.	Impugnação. Conceito. Natureza. Litisconsórcio passivo e ativo. Preclusão e coisa julgada	78
----	---	----

2.	Falta ou nulidade de citação na fase de conhecimento.	
	Nulidade de intimação na fase executiva.....	81
3.	Ilegitimidade de parte na fase de conhecimento e ilegitimidade no pedido de cumprimento.....	81
4.	Inexequibilidade do título. Inexigibilidade da sentença	82
5.	Inexigibilidade por inconstitucionalidade.....	83
6.	Ofensa a princípio fundamental. Princípio fundamental e inconstitucionalidade	85
7.	Modulação temporal da decisão	88
8.	Penhora incorreta e avaliação errônea	90
9.	Excesso de execução.....	90
10.	Excesso por quantia superior. Demonstrativo do devedor	91
11.	Cumulação indevida de execuções	92
12.	Incompetência do juízo da execução	93
13.	Impedimento e suspeição do juiz.....	94
14.	Causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação.....	95
15.	Sentença penal condenatória. Impugnação.....	96
16.	Sentença arbitral. Impugnação.....	97
17.	Sentença estrangeira homologada. Impugnação.....	97
18.	Efeitos da impugnação e de recursos.....	98
19.	Recurso contra a decisão de impugnação	99
20.	Fatos supervenientes.....	99
21.	Pagamento e depósito cautelar do devedor no processo.....	100

Capítulo VII

CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR

1.	Obrigação alimentar parental.....	102
2.	Alimentos, procedimento comum. Cumprimento de decisão...	103
3.	Procedimento especial de cumprimento de decisão. Requerimento do credor. Prisão. Pagamento e justificação	103
4.	Descontos em folha de pagamento do devedor	105
5.	Alugueres e rendimentos	107
6.	Indenização por ato ilícito. Parâmetro de salário mínimo. Constituição de capital. Penhora em salários, soldos e vencimentos	107
7.	Constituição de capital.....	107

8.	Substituição do capital em garantia. Inclusão em folha. Fiança bancária. Garantia real.....	109
9.	Redução ou majoração da prestação.....	109

Capítulo VIII

CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA

1.	Conceito de Fazenda Pública. Patrimônio público.....	111
2.	Obrigações de fazer, não fazer e de entregar coisa.....	111
3.	Quantia certa. Cumprimento definitivo e provisório. Débito. Demonstrativo.....	112
4.	Intimação, prazo. Impugnação. Agravo de instrumento.....	112
5.	Cumulação de pedidos na fase de cumprimento. Litisconsórcio facultativo. Litisconsórcio multitudinário.....	113
6.	Impenhorabilidade dos bens públicos. Pagamento. Precatório. Impugnação parcial.....	114
7.	Dívida de pequeno valor. Dispensa de precatório	115

Capítulo IX

CUMPRIMENTO DA SENTENÇA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER OU NÃO FAZER E OBRIGAÇÃO DE ENTREGA DE COISA

1.	Sentença na obrigação de fazer ou de não fazer. Tutela específica e resultado prático equivalente	117
2.	Obrigações de fazer. Natureza da sentença.....	117
3.	Efetivação da tutela na obrigação de fazer. Medidas necessárias. Requerimento. Deferimento. Não cabimento de impugnação.....	118
4.	Medidas necessárias para o cumprimento da sentença. Obrigações que podem ser ou não cumpridas por terceiro.....	118
5.	Descumprimento injustificado. Litigância de má-fé e crime de desobediência.....	119
6.	Inadimplemento das obrigações de não fazer. Cumprimento de sentença.....	120
7.	Multa periódica. Suficiência e compatibilidade. Imposição de ofício. Sentença e liminar. Prestações infungíveis por convenção ou natureza. <i>Astreintes</i> . Multa e perdas e danos.....	120

8.	Cobrança de multa. Prova do não cumprimento da obrigação. Prestações vincendas	123
9.	Multa. Insuficiência ou excessividade. Cumprimento parcial. Justa causa de descumprimento. Modificação de valor ou de periodicidade e exclusão.....	123
10.	Multa no cumprimento provisório das obrigações de fazer ou não fazer.....	124
11.	Reconhecimento de deveres, não de obrigação de fazer ou não fazer. Cumprimento de decisão.....	125
12.	Entrega de coisa. Benfeitorias e direito de retenção.....	126

Segunda Parte

PROCESSO DE EXECUÇÃO

Capítulo X

PRINCÍPIOS BÁSICOS E FINALIDADES

1.	Atividade substitutiva da jurisdição no processo executório....	129
2.	Caracterização da atividade executória. Título extrajudicial....	129
3.	Princípios do processo de conhecimento e do processo de execução	130
4.	Princípios comuns e subsidiariedade de processos.....	131
5.	Dever de colaboração de terceiro	132

Capítulo XI

PRETENSÃO EXECUTÓRIA

1.	Pretensão cognitiva e executória	134
2.	Dever de recusa da execução.....	135

Capítulo XII

TÍTULOS EXECUTIVOS – CARACTERIZAÇÃO GERAL

1.	Título executivo extrajudicial	136
2.	Execução e justiça da pretensão. Indeferimento de plano, quando é obrigatório	137
3.	Nulidade da execução e nulidade na execução.....	137

4.	Acertamento do título executivo. Formalização	138
5.	Certeza, liquidez e exigibilidade da obrigação	139
6.	Certeza. Aparência do título	139
7.	Liquidez. Demonstrativo	140
8.	Exigibilidade. Inadimplemento.....	141
9.	Antecipação de vencimento de dívidas.....	142
10.	Nulidade da execução por defeito do título ou da obrigação....	143
11.	Inscrição do devedor no cadastro de inadimplentes	144
12.	Definitividade da execução por título extrajudicial.....	144

Capítulo XIII

TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS – ESPÉCIES

1.	Título executivo extrajudicial	147
2.	Letra de câmbio	148
3.	Nota promissória.....	148
4.	Duplicata mercantil. Triplicata. Duplicata sem aceite. Substitutivos da duplicata. Duplicata de prestação de serviços, substitutivos. Duplicata rural	149
5.	Debênture.....	153
6.	Cheque	153
7.	Prescrição da ação referente a títulos de crédito.....	154
8.	Escritura pública, documento público ou particular	154
9.	Transação referendada. Ministério Público. Defensoria Pública. Advogados	158
10.	Contrato garantido por hipoteca	159
11.	Contrato de penhor	160
12.	Contrato de anticrese	160
13.	Contrato de caução	160
14.	Foro e laudêmio	161
15.	Contrato de seguro de vida, em caso de morte	161
16.	Aluguel	162
17.	Certidão da dívida ativa. Corresponsáveis. Autarquias. Anuidades e mensalidades das autarquias corporativistas.....	163
18.	Condomínio edilício	165
19.	Outros créditos. Cédula rural e industrial. Honorários advocatícios	166

20.	Títulos executivos extrajudiciais estrangeiros	166
21.	Acertamento dos títulos executivos. Presunção de validade	167
22.	Enumeração casuística. Formalidades	167
23.	Requisito extrínseco e intrínseco dos títulos executivos	168
24.	Contratos bilaterais e contraprestação do credor	169
25.	Cumprimento da obrigação.....	170
26.	Título executivo e processo de conhecimento	170

Capítulo XIV

COMPETÊNCIA NA EXECUÇÃO

1.	Competência	172
2.	Competência absoluta e relativa	172
3.	Foro do domicílio do executado. Domicílio múltiplo	173
4.	Domicílio incerto ou desconhecido do executado	173
5.	Domicílio do executado no exterior	174
6.	Pluralidade de executados.....	174
7.	Lugar da prática do ato ou fato	174
8.	Foro da situação dos bens. Foro <i>rei sitae</i> e título que deles se origina	174
9.	Foro de eleição. Contratos de adesão	175
10.	Atos executivos propriamente ditos. Força policial	176

Capítulo XV

PARTES NA EXECUÇÃO

1.	Autonomia da relação processual	177
2.	Legitimação ativa no processo executório.....	177
3.	Ministério Público	178
4.	Espólio e viúva meeira. Companheiro ou companheira	179
5.	Herdeiros e sucessores.....	179
6.	Cessionário e sub-rogado.....	180
7.	Legitimação passiva. Devedor.....	181
8.	Espólio. Legitimação passiva. Citação do inventariante e de herdeiros	181
9.	Novo devedor.....	182
10.	Fiador.....	182

11.	Titular do bem dado em garantia real	183
12.	Responsável tributário	183
13.	Cumulação objetiva e subjetiva de execuções.....	184
14.	Declaração de inexistência da obrigação. Ressarcimento	185

Capítulo XVI

RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL

1.	Responsabilidade patrimonial. Obrigação e responsabilidade .	186
2.	Fiador.....	187
3.	Sucessor a título singular. Ação real ou reipersecutória.....	188
4.	Bens do sócio. Benefício de ordem. Execução regressiva.....	188
5.	Bens do cônjuge.....	190
6.	Entidade familiar por união estável. Reflexos patrimoniais.....	191
7.	Fraude à execução e fraude contra credores. Posição do terceiro	192
8.	Ação fundada em direito real ou obrigação reipersecutória	193
9.	Averbação de existência de execução.....	195
10.	Hipoteca judiciária e constrições judiciais	195
11.	Demanda capaz de reduzir o devedor à insolvência.....	196
12.	Fraude contra credores.....	197
13.	Penhora e responsabilidade patrimonial	197
14.	Bens em poder do credor por direito de retenção	198

Capítulo XVII

PROPOSITURA DA AÇÃO DE EXECUÇÃO – NORMAS GERAIS

1.	Execução. Interesse do credor e menor onerosidade ao devedor.....	200
2.	Inadimplemento e exigibilidade	201
3.	Cumprimento espontâneo da obrigação e consignação em pagamento por títulos extrajudiciais.....	202
4.	Petição inicial. Título executivo. Cópia.....	202
5.	Demonstrativo do débito.....	203
6.	Prova de condição ou termo	203
7.	Prova de adimplemento nos contratos bilaterais	204

8.	Espécies de execução.....	205
9.	Qualificação das partes. Indicação de bens penhoráveis	205
10.	Intimação de credor com garantia real e credor fiduciário	206
11.	Intimação do titular do usufruto, uso ou habitação.....	208
12.	Promessa de compra e venda registrada	208
13.	Intimação do senhorio direto e enfiteuta da penhora.....	209
14.	Intimação de superficiário, de concessionário de uso especial de moradia, de direito real de uso, e do proprietário	209
15.	Intimação da sociedade.....	210
16.	Medidas urgentes	210
17.	Averbação da execução	211
18.	Prestação a ser realizada pelo credor. Depósito do devedor.....	211
19.	Cumprimento extrajudicial e judicial da obrigação	211
20.	Obrigações alternativas. Escolha	212
21.	Cumulação de execuções. Competência.....	212
22.	Cumulação subjetiva ativa.....	213
23.	Deferimento da petição inicial de execução. Fixação de honorários advocatícios	213
24.	Indeferimento liminar da petição inicial.....	214
25.	Complementação da petição inicial	214
26.	Correção intempestiva. Efeitos.....	215
27.	Deferimento da petição inicial defeituosa	215
28.	Prescrição intercorrente	216
29.	Momento de interrupção da prescrição.....	216
30.	Desistência da execução	217

Capítulo XVIII

EXECUÇÃO NULA E EXECUÇÃO INJUSTA

1.	Execução sem título. Certeza, liquidez e exigibilidade	220
2.	Nulidade da execução e nulidade do título executivo	220
3.	Execução nula. Falta da condição ou do termo	221
4.	Falta ou nulidade da citação no processo executório.....	221
5.	Nulidades absolutas, relativas e anulabilidades. Convalidação. Coisa julgada	221
6.	Nulidades absolutas e relativas reconhecidas. Efeitos.....	222
7.	Execução injusta e execução nula. Perdas e danos.....	223

Capítulo XIX

EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL PARA ENTREGA DE COISA CERTA E INCERTA

1.	Entrega de coisa.....	224
2.	Petição e despacho inicial. Fixação de multa	224
3.	Citação. Imissão na posse ou busca e apreensão	225
4.	Entrega da coisa, termo. Frutos e perdas e danos	225
5.	Citação. Prazo de entrega. Embargos, prazo. Efeitos	226
6.	Alienação de coisa litigiosa. Execução. Terceiro. Embargos...	226
7.	Benfeitorias. Indenização	227
8.	Benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias. Indenização	227
9.	Liquidação de benfeitorias. Compensação com danos	228
10.	Benfeitorias realizadas por terceiro. Indenização	228
11.	Embargos de retenção. Benfeitorias necessárias e úteis	229
12.	Construções e plantações. Embargos de retenção	229
13.	Embargos de retenção. Valorização da coisa por construções, possibilidade de levantamento pelo possuidor de boa-fé. Compensação de benfeitorias e frutos	230
14.	Deterioração da coisa, impossibilidade de avaliação	231
15.	Execução. Coisas fungíveis e infungíveis	232
16.	Coisas incertas. Entrega por escolha do devedor.....	232
17.	Escolha do devedor e embargos	233
18.	Escolha do credor e impugnação da escolha	233

Capítulo XX

EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER

1.	Obrigações de fazer e de não fazer. Conceito.....	235
2.	Execução específica das obrigações de fazer e de não fazer. Obrigações fungíveis e infungíveis por natureza ou convenção. Perdas e danos	235
3.	Obrigações de fazer ou de não fazer. Títulos extrajudiciais	236
4.	Obrigações de fazer infungíveis. Execução e embargos do devedor, procedimento. Recurso e efeitos. Perdas e danos, liquidação.....	237
5.	Multa na execução de obrigações infungíveis	237

6.	Cobrança da pena pecuniária. Prova do não cumprimento da obrigação.....	239
7.	Momento da fixação da pena pecuniária	239
8.	Execução de obrigações fungíveis. Descumprimento da obrigação, opção por perdas e danos	239
9.	Prestação de fato pelo terceiro. Impugnação das partes, interesse. Decisão da impugnação. Obra incompleta, defesa do contratante.....	240
10.	Obrigações de não fazer. Execução, procedimento, embargos. Desfazimento do ato, casos de impossibilidade. Cominação de multa	241

Capítulo XXI

EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE – VISÃO GERAL

1.	Objeto da execução por quantia certa. Expropriação de bens ..	243
2.	Devedor solvente e devedor insolvente	244
3.	Instauração da execução. Citação. Penhora e arresto	244
4.	Averbação da execução	245
5.	Mandado citatório. Ordem de penhora. Arresto	247

Capítulo XXII

PENHORA

1.	Conceito. Origem histórica. Diferença de outras figuras	249
2.	Objeto da penhora e seu valor	250
3.	Valor da penhora.....	252
4.	Penhorabilidade de direito à indenização por danos materiais e por desfalque de patrimônio. Sub-rogação e arrematação	253

Capítulo XXIII

IMPENHORABILIDADE

1.	Bens impenhoráveis. Nulidade da penhora	255
2.	Impenhorabilidade e inalienabilidade.....	255
3.	Bens impenhoráveis. Cláusula de impenhorabilidade	256

4.	Móveis, pertences e as utilidades domésticas.....	257
5.	Vestuários e pertences de uso pessoal do executado	258
6.	Vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios, montepios, bem como as quantias recebidas para sustento do devedor, os ganhos de trabalhador autônomo, honorários de profissional liberal	258
7.	Livros, máquinas, ferramentas, utensílios, instrumentos profissionais	259
8.	Seguro de vida	261
9.	Materiais necessários para obras em andamento	261
10.	Pequena propriedade rural	262
11.	Recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social	263
12.	Caderneta de poupança	263
13.	Recursos públicos do fundo partidário	264
14.	Créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias.....	264
15.	Penhorabilidade do bem por dívida a ele relativa.....	264
16.	Dívida alimentar	265
17.	Equipamentos, implementos e máquinas agrícolas pertencentes da pessoa física ou empresa individual rural	265
18.	Imóvel residencial. Bem família. Impenhorabilidade.....	266
19.	Impenhorabilidade relativa	267

Capítulo XXIV

PENHORABILIDADE DOS BENS

1.	Suficiência da penhora.....	269
2.	Ordem preferencial da penhora	269
3.	Garantia real. Bem de terceiro	270
4.	Dinheiro	271
5.	Sistema Bacen-Jud, penhora <i>online</i>	272
6.	Fiança bancária e seguro garantia.....	273
7.	Títulos da dívida pública	273
8.	Títulos e valores mobiliários com cotação no mercado.....	274
9.	Veículos de via terrestre	274

10.	Bens imóveis.....	274
11.	Bens móveis.....	276
12.	Frutos e rendimentos de imóvel ou móvel alienáveis.....	276
13.	Semoventes	277
14.	Empresas, estabelecimentos, plantações e edifícios em construção	278
15.	Aeronaves e navios	280
16.	Ações e quotas sociais	280
17.	Faturamento de empresa	281
18.	Pedras e metais preciosos	282
19.	Promessa de compra e venda e alienação fiduciária.....	282
20.	Outros direitos. Penhora de créditos	283

Capítulo XXV

FORMALIZAÇÃO DA PENHORA

1.	Apreensão e depósito	286
2.	Auto ou termo de penhora	287
3.	Forma especial de penhora de imóvel	288
4.	Penhora e registro por via eletrônica	289
5.	Depósito de bens penhorados	289
6.	Nomeação de depositário.....	290
7.	Depósito de dinheiro, papéis de crédito e pedras preciosas.....	291
8.	Imóveis urbanos, móveis, semoventes, direitos aquisitivos de imóvel	291
9.	Remuneração do depositário e devolução do bem	292
10.	Intimação do devedor da penhora.....	292
11.	Bem imóvel. Intimação do cônjuge	294
12.	Indivisibilidade de bens penhorados.....	295
13.	Averbação da penhora e do arresto.....	297

Capítulo XXVI

DO LUGAR DE REALIZAÇÃO DA PENHORA

1.	Local da efetivação da penhora	299
2.	Penhora em comarcas contíguas	300
3.	Penhora por carta	301
4.	Carta de citação e penhora. Embargos à execução	302

Capítulo XXVII

MODIFICAÇÕES DA PENHORA

1.	Formas de modificação da penhora	303
2.	Substituição da penhora requerida pelo devedor	303
3.	Substituição da penhora por fiança bancária ou seguro garantia judicial.....	304
4.	Requisitos do requerimento	305
5.	Prazo do executado para pedir a substituição	306
6.	Requerimento de substituição de ambas as partes. Motivação.	307
7.	Baixa liquidez. Frustração de alienação judicial	308
8.	Novo termo	308
9.	Transferência, redução e ampliação da penhora.....	309
10.	Segunda penhora.....	310
11.	Alienação antecipada de bens penhorados	311

Capítulo XXVIII

AVALIAÇÃO

1.	Mandado de citação, penhora e avaliação	313
2.	Avaliação por avaliador de conhecimento especializado	313
3.	Acordo das partes. Dispensa de avaliação.....	314
4.	Títulos de cotação em bolsa, títulos da dívida pública, ações de sociedade, títulos de crédito. Avaliação dispensada.....	314
5.	Veículos automotores e bens com valor divulgado	315
6.	Avaliação de imóveis. Partes destacáveis.....	315
7.	Erro ou dolo do avaliador. Nova avaliação	316
8.	Aumento ou diminuição do valor do bem. Nova avaliação.....	317
9.	Dúvida sobre o valor do bem. Nova avaliação	317
10.	Ampliação da penhora	318
11.	Redução e ampliação	318

Capítulo XXIX

ADJUDICAÇÃO

1.	Conceito e natureza. Ordem de preferência.....	320
2.	Adjudicação pelo exequente	320

3.	Adjudicação de outros interessados. Inexistência de prioridade.	321
4.	Credores concorrentes	322
5.	Cônjuge, companheiro, descendente ou ascendente. Preferência relativa.....	322
6.	Condômino. Parte ideal	323
7.	Usufruto, uso e habitação	323
8.	Enfiteuse, concessão de uso e de habitação.....	324
9.	Superfície.....	324
10.	Credor pignoratício, hipotecário, anticrético ou com penhora anteriormente averbada.....	325
11.	Promitente comprador e promitente vendedor	325
12.	Bens tombados. União, Estado ou Município	326
13.	Licitação por adjudicação	326
14.	Quotas sociais ou ações de sociedade anônima.....	326
15.	Auto de adjudicação. Decisões e recurso	327
16.	Carta de adjudicação e imissão de posse. Entrega de bens.....	327
17.	Remição de imóvel hipotecado antes da carta de adjudicação.	328
18.	Falência e insolvência. Massa e credores	328
19.	Frustração da alienação. Oportunidade de adjudicação. Nova avaliação	329

Capítulo XXX

ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR

1.	Formas de expropriação dos bens penhorados. Alienação por iniciativa particular	330
2.	Prazo de requerimento da alienação por iniciativa particular...	331
3.	Nomeação de corretores e leiloeiros.....	331
4.	Condições de efetivação da alienação particular.....	332
5.	Apreciação de propostas e decisão	332
6.	Participação do executado na alienação por iniciativa particular	332
7.	Termo de alienação por iniciativa privada.....	333

Capítulo XXXI

ARREMATACÃO

1.	Leilão judicial e arrematação.....	334
2.	Leilão judicial eletrônico	335

3.	Leilão judicial presencial	336
4.	Leiloeiro público.....	336
5.	Determinações judiciais preparatórias do leilão	337
6.	Arrematação à vista ou a prazo.....	337

Capítulo XXXII

PUBLICIDADE DA ARREMATAÇÃO

1.	Publicação de editais e outros atos de publicidade.....	341
2.	Prazo de publicação e reunião de publicações.....	341
3.	Rede mundial de computadores. Forma preferencial	342
4.	Publicação de editais pela imprensa	342
5.	Bens imóveis e veículos.....	343
6.	Alteração na forma comum de publicidade pela imprensa.....	343
7.	Forma mista de publicação de editais	344
8.	Despacho de deliberação da alienação e decisão de modificação de forma de edital. Recurso	344

Capítulo XXXIII

EDITAL DE ARREMATAÇÃO E CIENTIFICAÇÃO DE INTERESSADOS

1.	Edital. Obrigatoriedade de prazo mínimo de publicação.....	346
2.	Descrição do bem penhorado.....	346
3.	Valor. Avaliação e preço mínimo	347
4.	Condições de pagamento e comissão do leiloeiro	347
5.	Local dos bens e processo do direito disputado.....	348
6.	Data, local, dia e hora do leilão	348
7.	Existência de ônus real e recurso ou processo pendente	348
8.	Cientificação de interessados. Intimação.....	349
9.	Executado	349
10.	Coproprietário de bem indivisível	350
11.	Titular de usufruto, uso, habitação	351
12.	Enfiteuta, concessionário de uso e de habitação. Nus- -proprietários do bem.....	351
13.	Credores concorrentes	351
14.	Superficiário e proprietário.....	352

15.	Credor pignoratício, hipotecário, anticrético ou com penhora anteriormente averbada.....	352
16.	Promitente comprador e promitente vendedor	353
17.	Bens tombados. União, Estado ou Município	353

Capítulo XXXIV

ARREMATAÇÃO DOS BENS PENHORADOS

1.	Leilão público. Prosseguimento e adiamento	354
2.	Legitimidade para arrematar	355
3.	Ilegitimidade para arrematar relativa a certos bens	355
4.	Preço vil	356
5.	Pagamento e arrematação pelo exequente	357
6.	Arrematação de diversos bens	358
7.	Imóvel divisível. Arrematação de partes	359
8.	Imóvel de incapaz, proteção. Espólio onde houver herdeiros incapazes.....	360
9.	Suspensão da arrematação	362
10.	Bem hipotecado. Remição pelo executado	362
11.	Auto de arrematação	363
12.	Carta de arrematação e imissão de posse de imóvel.....	364
13.	Ordem de entrega de bem móvel. Direitos	365
14.	Desconstituição da arrematação. Legitimidade para requerer..	366
15.	Invalidação e resolução da arrematação por pedido incidente .	367
16.	Existência de ônus real ou gravame. Arrependimento do arrematante	368
17.	Impugnação do executado. Arrependimento	368
18.	Invalidação da arrematação. Ação autônoma	369
19.	Ação de conhecimento, nulidade e injustiça da execução.....	371

Capítulo XXXV

SATISFAÇÃO DO CRÉDITO

1.	Pagamento e adjudicação.....	373
2.	Levantamento do dinheiro. Cálculos	373
3.	Plantão judiciário. Proibição de levantamentos e liberação	374
4.	Concurso de preferências.....	375

5.	Concurso de preferências e concurso universal.....	376
6.	Competência para o concurso de preferências.....	377
7.	Crédito tributário e concurso de preferências.....	378
8.	Concurso de preferências e procedimento.....	378

Capítulo XXXVI

EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

1.	Fazenda Pública.....	380
2.	Impenhorabilidade dos bens públicos.....	380
3.	Citação e interposição de embargos. Efeitos.....	380
4.	Ação de execução. Petição inicial.....	381
5.	Requisição de pagamento. Precatório.....	381
6.	Crédito de natureza alimentar. Idosos. Doentes graves. Preferência.....	383
7.	Dívida de pequeno valor. Dispensa de precatório.....	384
8.	Obrigações de fazer ou não fazer da Fazenda Pública.....	384

Capítulo XXXVII

EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

1.	Alimentos em título executivo extrajudicial.....	386
2.	Alimentos. Execução comum.....	386
3.	Procedimento especial com prisão do executado.....	386
4.	Descontos em folha de pagamento do devedor.....	388
5.	Alugueres e rendimentos.....	389

Capítulo XXXVIII

EMBARGOS À EXECUÇÃO

1.	Processo de conhecimento e processo de execução.....	391
2.	Efeitos fundamentais da execução.....	392
3.	Embargos à execução.....	393
4.	Embargos à execução e contestação.....	393
5.	Embargos à execução e impugnação.....	393
6.	Execução, embargos e repetição de indébito.....	394
7.	Autuação e prazo.....	395

8.	Oferecimento de embargos. Execução por carta e competência de julgamento.....	396
9.	Prazo na execução por carta	397
10.	Natureza dos embargos à execução	398
11.	Inexequibilidade do título. Inexigibilidade da obrigação	398
12.	Penhora incorreta e avaliação errônea	399
13.	Excesso de execução. Quantia superior à do título.....	400
14.	Coisa diversa da declarada no título	401
15.	Processamento da execução de modo diverso ao título.....	401
16.	Não cumprimento da obrigação correspectiva	402
17.	Condição não provada	402
18.	Cumulação indevida de execuções	402
19.	Incompetência do juízo da execução	403
20.	Causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação.....	403
21.	Impedimento e suspeição do juiz.....	404
22.	Prescrição.....	405
23.	Rejeição liminar dos embargos.....	406
24.	Pagamento parcelado	407
25.	Recebimento dos embargos. Efeito comum	408
26.	Efeito suspensivo dos embargos à execução	408
27.	Procedimento dos embargos à execução	409
28.	Embargos parciais. Embargos parcialmente recebidos com efeito suspensivo.....	409
29.	Nulidade da execução e oposição de pré-executividade.....	410
30.	Embargos, reconvenção, denunciação à lide, chamamento ao processo, nomeação à autoria e oposição. Impossibilidade.....	411
31.	Assistência, possibilidade	412

Capítulo XXXIX

EMBARGOS DE RETENÇÃO

1.	Benfeitorias. Indenização. Entrega de coisa	413
2.	Classificação das benfeitorias. Indenização e retenção	413
3.	Construções e plantações	414
4.	Possuidor de boa-fé e embargos de retenção.....	414
5.	Procedimento	415
6.	Compensação de frutos e danos.....	416

7. Liquidação de benfeitorias, depósito de valor, caução. Efeito suspensivo necessário do recebimento dos embargos de retenção	416
--	-----

Capítulo XL

EXECUÇÃO CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE

1. Aplicação do Código de Processo Civil de 1973.....	419
2. Insolvência.....	419
3. Insolvência real e presumida	419
4. Declaração de insolvência. Ação do credor e pedido do devedor	420
5. Insolvência com fundamento em título executivo judicial	421
6. Procedimento. Embargos do devedor.....	422
7. Declaração de insolvência, quando não houver bens arrecadáveis no patrimônio do devedor.....	422
8. Depósito elisivo da insolvência	423
9. Insolvência de ambos os cônjuges. Defesa da meação.....	423
10. Insolvência requerida pelo próprio devedor	423
11. Competência para declaração de insolvência	424
12. Efeitos da sentença declaratória de insolvência.....	424
13. Universalidade do juízo da insolvência. Concurso de credores.....	425
14. Perda da preferência estabelecida pela penhora	425
15. Administrador.....	425
16. Convocação dos credores	426
17. Habilitações e impugnações	427
18. Julgamento definitivo das impugnações.....	428
19. Quadro geral de credores	428
20. Credor retardatário.....	430
21. Extinção do processo de insolvência	430
22. Arrematação de bens adquiridos pelo insolvente, após o julgamento da liquidação	431
23. Declaração de insolvência, interrupção da prescrição, créditos habilitados e não habilitados. Extinção das obrigações.....	431
24. Declaração da extinção das obrigações	432
25. Concordata civil.....	433
26. Arbitramento de pensão ao devedor	434

Capítulo XLI

SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

1.	Título executivo. Força executória. Suspensão da execução....	435
2.	Embargos à execução	435
3.	Morte da parte. Extinção da pessoa jurídica.....	436
4.	Perda da capacidade processual. Falência e insolvência, substituição	436
5.	Morte ou perda da capacidade processual do representante ou assistente. Pessoa jurídica.....	436
6.	Morte ou perda da capacidade postulatória do procurador.....	437
7.	Convenção das partes. Prazos.....	437
8.	Falta de bens penhoráveis. Prescrição e arquivamento	438
9.	Alegação de impedimento ou suspeição.....	438
10.	Parcelamento da dívida.....	439
11.	Força maior.....	439
12.	Outras causas de suspensão. Causas impróprias à execução	439
13.	Causas de suspensão dos arts. 313 e 315. Execução e embargos..	439
14.	Arquivamento da execução. Prescrição	440
15.	Proibição de prática de atos processuais, durante a suspensão. Atos acautelatórios.....	440

Capítulo XLII

EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

1.	Atendimento ao pedido executório.....	441
2.	Transação. Novação, remissão de dívida e renúncia do direito	442
3.	Desistência da execução. Extinção dos embargos, questões processuais, custas e honorários. Matéria referente à execução em si, concordância do embargante.....	443

Capítulo XLIII

EXECUÇÃO FISCAL

1.	Dívida tributária e dívida não tributária.....	446
2.	Constituição de crédito tributário	447
3.	Prescrição para a cobrança da dívida ativa	447

4.	Créditos não tributários. Inscrição e prescrição.....	448
5.	Entidades autárquicas. Inscrição e prescrição da dívida.....	449
6.	Inscrição da dívida ativa. Requisitos	449
7.	Dívida ativa e falência, liquidação e insolvência. Preferência do crédito trabalhista.....	450
8.	Execução fiscal. Competência	450
9.	Sujeitos passivos da execução fiscal.....	450
10.	Responsabilidade do administrador judicial, liquidante, inventariante e administrador	452
11.	Presunção de liquidez e certeza da dívida ativa inscrita.....	452
12.	Petição inicial da execução fiscal	453
13.	Deferimento da inicial	453
14.	Formas de citação	454
15.	Arresto	454
16.	Interrupção da prescrição. Despacho ordinatório de citação	455
17.	Depósito pelo devedor	455
18.	Fiança bancária, forma.....	455
19.	Nomeação de bens à penhora	456
20.	Pagamento parcial.....	456
21.	Penhora feita pelo oficial de justiça. Gradação. Bens absolutamente impenhoráveis, exceção. Auto de penhora. Depositário.....	456
22.	Intimação da penhora.....	457
23.	Impugnação da avaliação feita pelo devedor, pelo oficial de justiça ou pelo serventuário	458
24.	Registro de penhora	458
25.	Substituição e reforço de penhora. Insuficiência	458
26.	Embargos do devedor	458
27.	Incompetência, impedimento e suspeição	460
28.	Cancelamento da dívida ativa	461
29.	Emenda ou substituição da Certidão da Dívida Ativa	461
30.	Procedimento dos embargos	461
31.	Intimações e prazos da Fazenda Pública	463
32.	Remessa necessária.....	463
33.	Fase expropriatória dos bens	463
34.	Terceiro que prestou garantia fidejussória. Instauração de nova execução	465

35.	Adjudicação de bens pela Fazenda Pública	465
36.	Pedido incidente de nulidade da expropriação	465
37.	Concurso de preferências entre as entidades públicas	466
38.	Alienação antecipada de bens	467
39.	Reunião de processos	467
40.	Intervenção do Ministério Público	467
41.	Publicação dos atos processuais	467
42.	Prazo de diligência e responsabilidade do auxiliar de justiça...	468

Capítulo XLIV

ATOS ATENTATÓRIOS À DIGNIDADE DA JUSTIÇA

1.	Princípio da boa-fé e prática de ato atentatório à dignidade da justiça	469
2.	Fraude à execução	470
3.	Ato de malícia	470
4.	Embaraços à penhora	470
5.	Resistência à ordem judicial	470
6.	Informações obrigatórias	470
7.	Prevenção a atos atentatórios	471
8.	Multa por ato atentatório à dignidade da justiça	471
9.	Comparecimento das partes. Advertência	471
	<i>Índice Alfabético e Remissivo</i>	<i>473</i>